



**Relatório 2009**



## Sumário

- 01 Mensagem da Diretoria
- 02 Perfil da Empresa
- 03 Relacionamento com Acionistas
- 04 Composição Acionária
- 05 Governança Corporativa
- 06 Mercado de Energia
- 07 Comercialização de Energia
- 08 Desempenho Operacional
- 09 Investimentos
- 10 Desempenho Econômico-financeiro
- 11 Remuneração aos Acionistas
- 12 Empréstimos e Financiamentos
- 13 Participações Societárias
- 14 Relacionamento com Auditores Independentes
- 15 Valor Adicionado
- 16 Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- 17 Responsabilidade Socioambiental
- 18 Atuação Voltada para os Empregados (Público Interno)
- 19 Fornecedores
- 20 Relacionamento com as Comunidades
- 21 Demonstrações Contábeis



Sede Chesf Recife

## 01 Mensagem da Diretoria

Senhores Acionistas,

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, tem a satisfação de apresentar o seu *Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis* relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

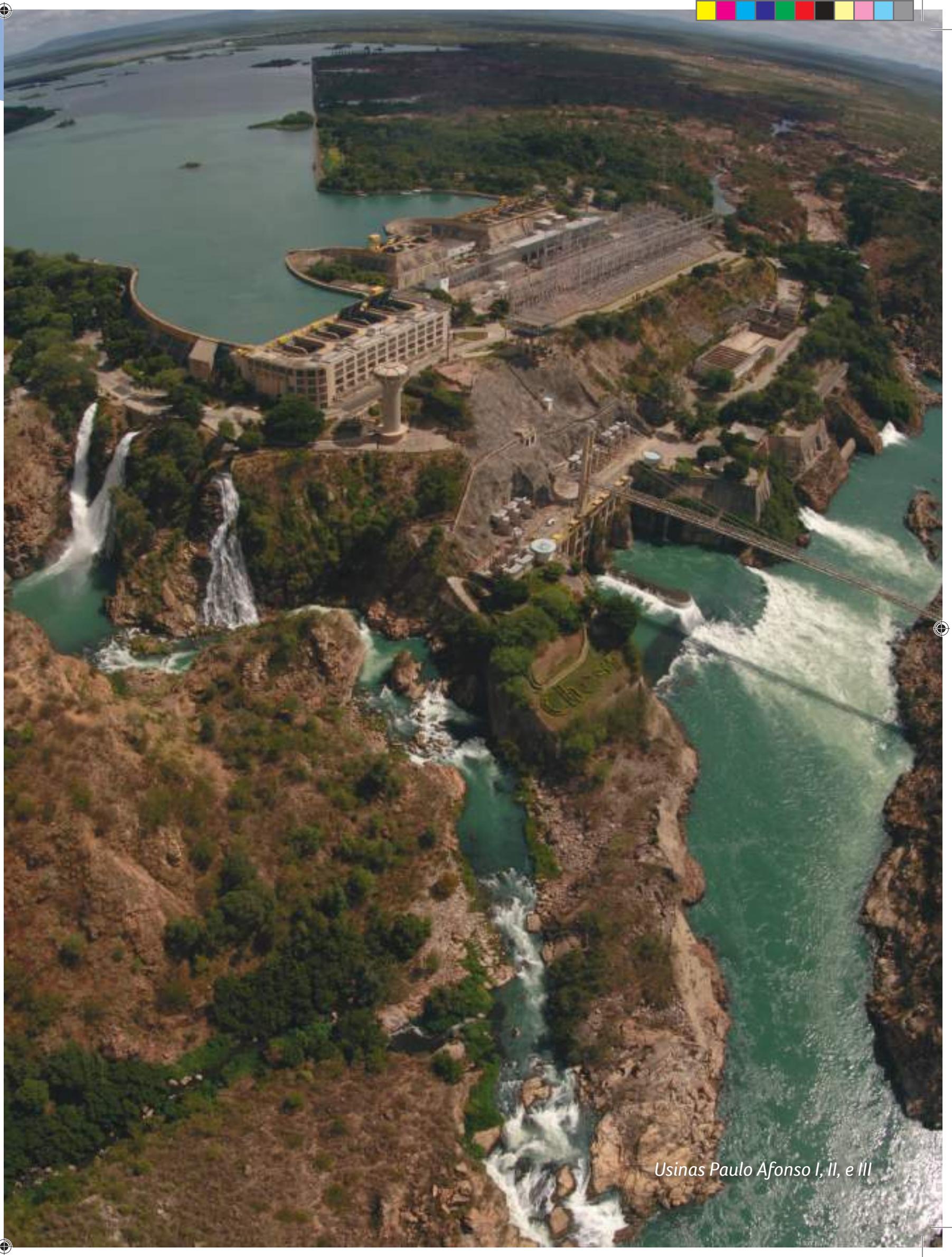
A Chesf é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Eletrobras, que atua norteada pelos princípios de eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade socioambiental, comprometendo-se com a preservação dos recursos ambientais e com a redução das desigualdades sociais e regionais.

No ano de 2009, a Chesf teve um bom desempenho econômico-financeiro, mantendo-se sólida e lucrativa.

A Empresa buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial, destacando-se as seguintes realizações:

- Obtenção de expressivo lucro líquido de R\$ 764,4 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 001/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote F para a implantação da Linha de Transmissão Pau Ferro-Santa Rita II (230 kV), com extensão aproximada de 116,3 km; da Subestação Santa Rita II (230/69 kV – 300 MVA); da Subestação Zebu (230/69 kV – 200 MVA); e da Subestação Natal III (230/69 kV – 300 MVA).
- Participação no Leilão de Transmissão 001/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote L para a implantação da Linha de Transmissão Eunápolis-Teixeira de Freitas (230 kV-C2), com extensão aproximada de 152 km.
- Participação no Leilão de Transmissão 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote F para a implantação da Subestação Camaçari IV (500/230 kV – 2.400 MVA).

- Participação no Leilão de Transmissão 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em consórcio formado pela Chesf (49%) e a ATP Engenharia Ltda (51%), obtendo a concessão do Lote C, referente à Linha de Transmissão São Luis II-São Luis III (230 kV-C2), com extensão aproximada de 36 km; à Subestação Pecém II (500/230 kV); e à subestação Aquiraz II (230/69 kV).
- Aumento de 120 km de Linha e Transmissão de 230 kV e de 655 MVA da capacidade de transformação de energia elétrica no Sistema de Transmissão da Chesf.
- Prosseguimento dos trabalhos de preparação dos processos empresariais relevantes da Companhia para adequação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX, dos Estados Unidos da América, visando à Certificação da Eletrobras.
- Implementação de ações direcionadas à sustentabilidade empresarial, destacando-se a criação da Coordenadoria de Sustentabilidade Empresarial, Controle Interno e Gestão de Riscos e a criação da Coordenadoria de Planejamento Empresarial e P&D+I.



Usinas Paulo Afonso I, II, e III



## 02 Perfil da Empresa

A Chesf, Sociedade de Economia Mista – Aberta, criada pelo Decreto -lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica.

O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.615 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicompostível com 346,80 MW de potência instalada, que estão relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
<b>HIDRELÉTRICAS:</b>		<b>10.268,328</b>
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Piloto	São Francisco	2,000
Xingó	São Francisco	3.162,000
Funil	de Contas	30,000
Pedra	de Contas	20,007
Boa Esperança	Parnaíba	237,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
<b>TERMELÉTRICA:</b>		<b>346,803</b>
Camaçari		346,803
<b>TOTAL</b>		<b>10.615,131</b>

O sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe e é composto por 18.588 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV; 12.657 km de circuitos de transmissão em 230 kV; 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 99 subestações com tensão maior que 69 kV; e 755 transformadores em operação em todas as tensões, totalizando uma capacidade de transformação de 43.659 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.



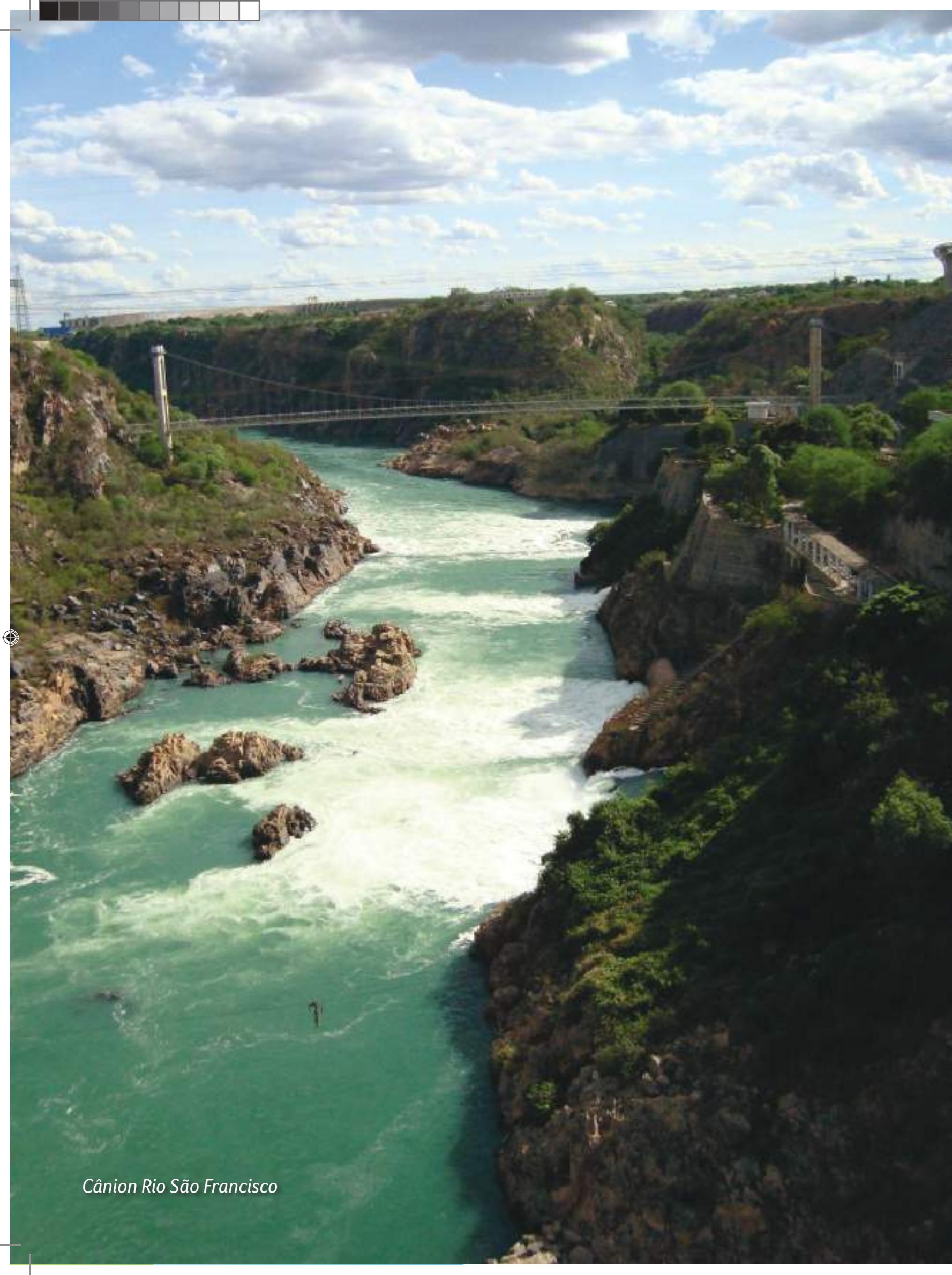
Regional Fortaleza-CE

## 03 Relacionamento com Acionistas

A Chesf, como empresa de capital aberto, embora tendo suas ações negociadas apenas no mercado de balcão, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência e caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações na sua página na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), no link *Relação com Investidores*. A comunicação com seus acionistas é feita por meio de atendimento presencial e telefônico, correio padrão e endereçamento eletrônico.



Cânion Rio São Francisco

## 04 Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 4.539,6 milhões, é representado por 41.709.653 ações nominativas, divididas em 40.477.564 ações ordinárias e 1.232.089 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Desse total, 99,45% pertencem à Eletrobras; 0,46%, ao Ministério da Fazenda; 0,02%, à Light; 0,01%, ao Finor; e 0,06%, a outros acionistas.



UHE Angiquinho

## 05 Governança Corporativa

### Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é constituída por um diretor-presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos e com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é formado por um presidente e mais cinco Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, composto por três membros efetivos e três suplentes, com mandato de 1 ano, brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

### Código de Ética

A Companhia possui um Código de Ética e de Conduta Empresarial elaborado com a participação dos empregados, tendo como referência o Código de Conduta da Alta Administração Federal, contemplando temas presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e no Pacto Global. Nele estão explicitados os valores e princípios éticos da Chesf que norteiam a conduta institucional nas interações com os diferentes públicos de relacionamento.

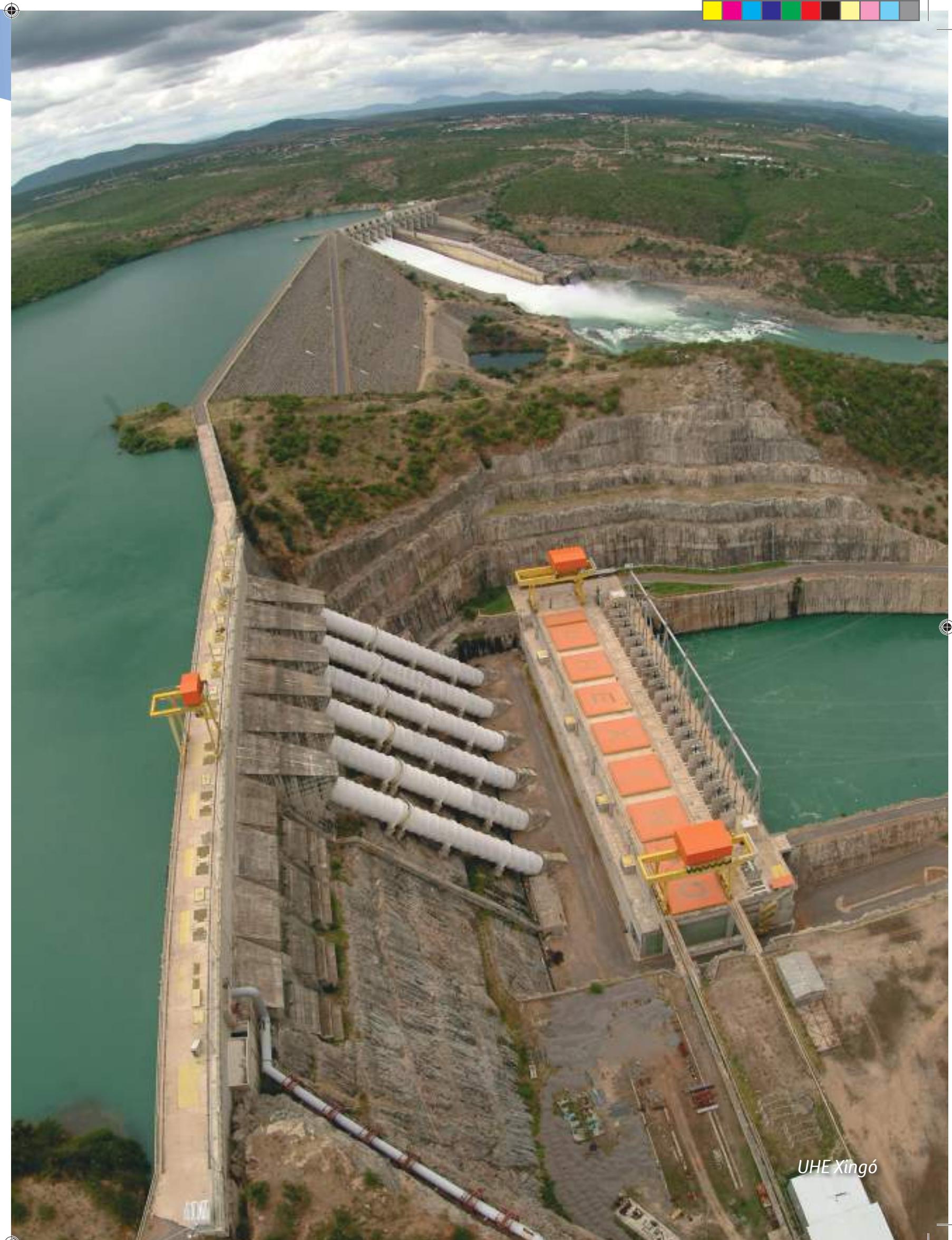


## Controles Internos e Auditoria

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja, executa e avalia as atividades de auditoria na Companhia e atende às solicitações da alta Direção e de órgãos de controle interno e externo. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de 5 anos.

Objetivando adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, a Chesf prosseguiu trabalhos do Projeto SOX da Eletrobras, com a atualização dos processos empresariais relevantes da Companhia, a realização de testes dos controles e o início da fase de certificação desses processos, visando a adoção dos procedimentos em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, e a Certificação da Eletrobras.





## 06 Mercado de Energia

As projeções de mercado divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para o período de 2009 a 2018, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 5,1% ao ano. Esse crescimento representa um incremento de 29.571 MW médios no final de 2018, evoluindo dos atuais 52.272 MW médios para 81.843 MW médios, considerando a interligação de sistemas isolados da Região Norte. O Nordeste terá uma expansão média de 5,3% ao ano, com crescimento superior ao previsto para o Brasil, passando de 7.664 MW médios para 12.205 MW médios, no mesmo horizonte, representando incremento de 4.541 MW médios até o final do último ano.

Esse quadro sinaliza a necessidade de acréscimos de novas fontes de geração de energia, indicando oportunidades de expansão, tanto em usinas termoelétricas a gás natural e nuclear, já indicados no Plano Decenal de Expansão 2008 a 2017 da EPE, quanto nos grandes aproveitamentos do norte do Brasil, no potencial hidrelétrico remanescente dos rios São Francisco e Parnaíba e nos empreendimentos de energia eólica de custos competitivos da região setentrional do Nordeste.



UHE Sobradinho



## 07 Comercialização de Energia

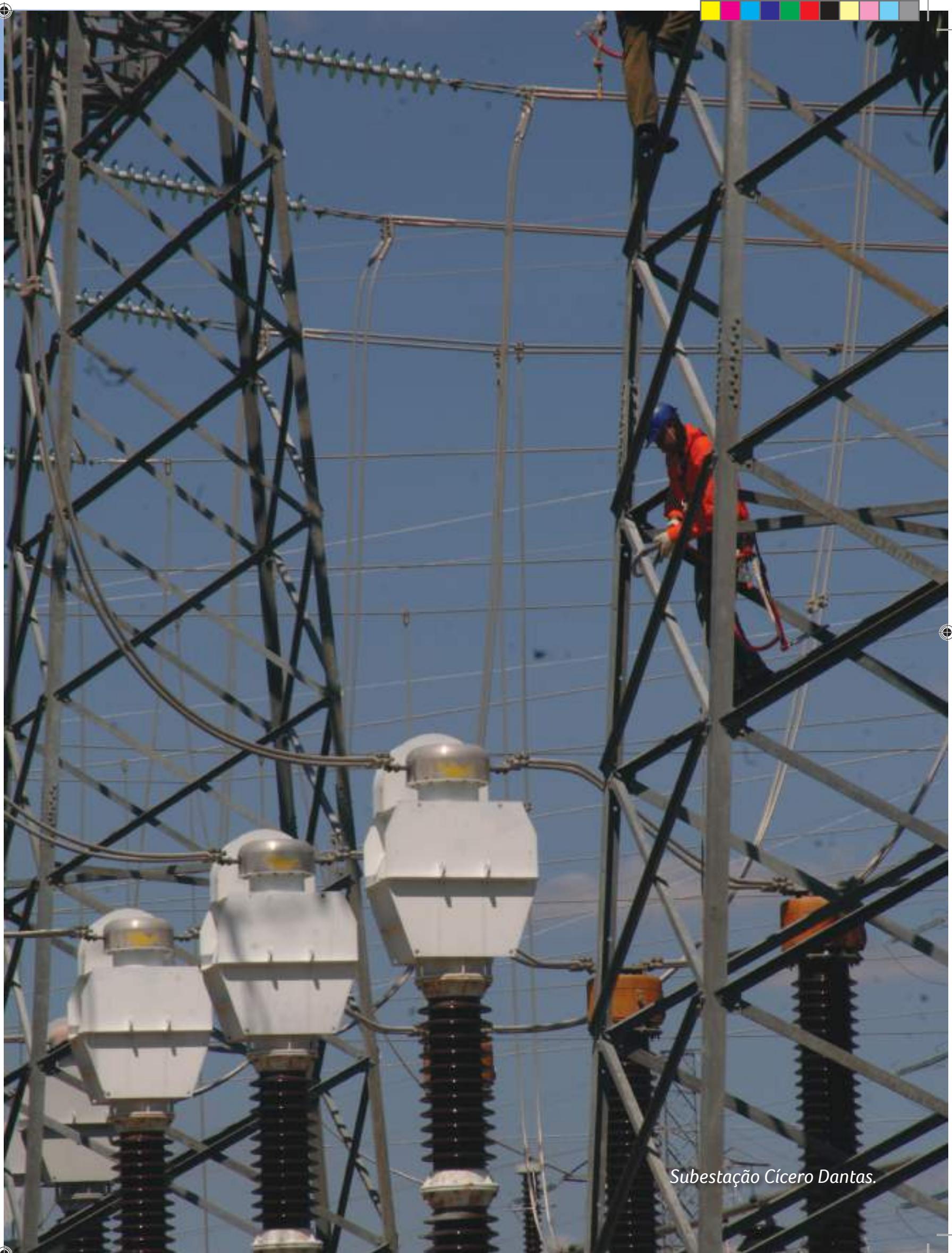
A energia comercializada pela Chesf, em 2009, atingiu o montante total de 46.409 GWh, distribuído entre 21 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 43.550 GWh foram destinados ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, para atendimento às distribuidoras e aos consumidores cativos, que representa 93,8% do total comercializado, enquanto 2.859 GWh foram destinados ao ambiente de Contratação Livre – ACL, para atendimento aos comercializadores e aos consumidores livres, representando 6,2% desse total.

Em 2009, a venda de energia para as distribuidoras representou um percentual de 79,1% do total da energia comercializada pela Chesf. Dentro desse mercado, destacam-se as vendas efetuadas para aquelas localizadas nos seguintes estados: São Paulo (22,5%), Rio de Janeiro (11%), Paraná (10,5%), Minas Gerais (7,8%) e Bahia (7,3%).

No Ambiente de Contratação Livre – ACL, o processo de negócio de venda de energia é realizado pela Companhia por meio de leilões. Para tanto, a Chesf conta com suporte de plataforma computacional com acesso à rede mundial de computadores e com um novo sistema de Computação de Alto Desempenho – CAD.

No ano de 2009, a Chesf promoveu 18 leilões que resultaram em 74 novos contratos com comercializadores e consumidores livres. Esses novos contratos no ambiente livre representaram 55,6% da energia contratada nesse exercício para esse ambiente.

A Região Nordeste, onde está sediada a Companhia, foi responsável pela compra de uma fatia de 35,3% do que a Empresa comercializou no ano de 2009. Parte dessa energia foi destinada ao atendimento de 21 grandes consumidores industriais da região.



## 08 Desempenho Operacional

A Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN, e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas na Bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período úmido 2008/2009, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no mês de maio de 2009, o seu armazenamento pleno e, em 31 de dezembro, alcançou 66,9% do seu volume útil.

A Companhia gerou 49.956 GWh em 2009, contra 41.239 GWh em 2008, representando um acréscimo de 21,1%. Esse aumento foi devido às condições energéticas do Sistema Interligado Nacional – SIN, e ao intercâmbio de energia praticado com as outras regiões, em função da política de despacho centralizado exercida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Foram mantidos os investimentos na capacitação de recursos humanos; no aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções; e na implementação de novas técnicas e novos processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão.

Em 2009, foi dada continuidade à implantação de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos e superados, a digitalização de sistemas de proteção e a instalação de novos dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético. A modernização de centros de operação prosseguiu com a utilização de funções avançadas, tais como estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a Rede de Telecomunicação da Chesf, foram agregados novos suportes e serviços ao sistema de transmissão óptico digital, destacando-se o atendimento à subestação de São João do Piauí, além

das rotas via rádio digital da subestação de Funil à Usina de Pedra e a subestação de Milagres à Usina Coremas. Foram também implementadas melhorias no serviço de telefonia móvel operacional, que atende de forma integrada as instalações de todo o sistema, estendendo tal recurso às usinas dos complexos de Paulo Afonso, Xingó e Luiz Gonzaga, além de subestações localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas.

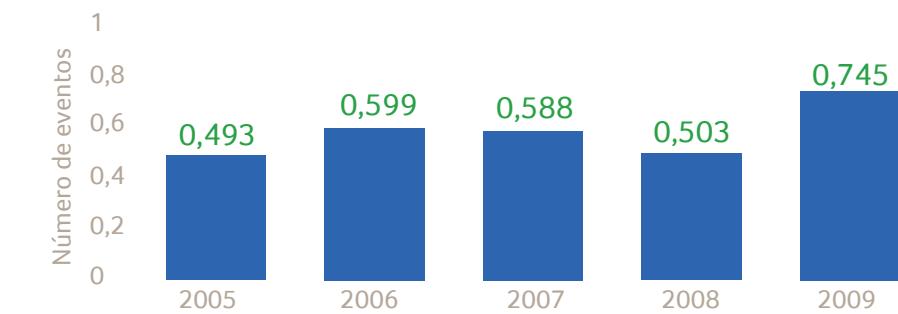
### Indicadores de Desempenho

Em que pesem os programas de trabalho realizados pelas áreas de operação e manutenção da Empresa no ano de 2009, o resultado dos indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, de Duração Equivalente de Interrupção – DREQ, e de Energia Interrompida – ENES, não foi tão bom quanto nos anos anteriores. Tais resultados foram consequência de um conjunto de perturbações no sistema, provocadas tanto por descargas atmosféricas quanto por defeitos em equipamentos, além de vandalismos e queimadas e incêndios em áreas sob linhas de transmissão, embora a qualidade e a continuidade do atendimento tenham permanecido dentro dos padrões esperados pelo mercado consumidor.

Os indicadores de Disponibilidade Operacional de Geração e de Linhas foram bons, particularmente o de Linhas de Transmissão, sendo o melhor dos últimos 5 anos, em virtude das modernas técnicas de manutenção de linhas praticadas e dos reduzidos tempos de recomposição quando de ocorrências nessa função.

#### Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ

*Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.*



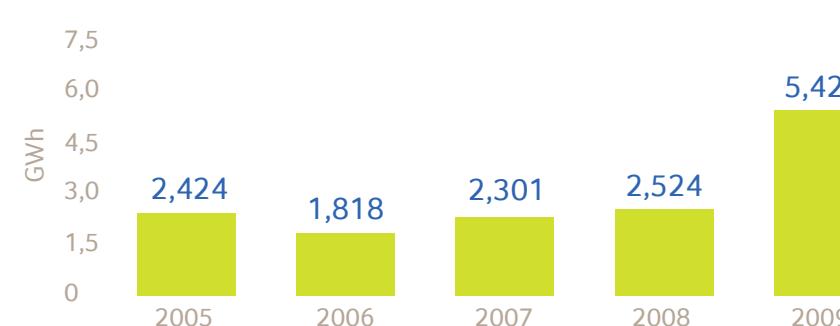
### Duração Equivalente de Interrupção – DREQ

*Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.*



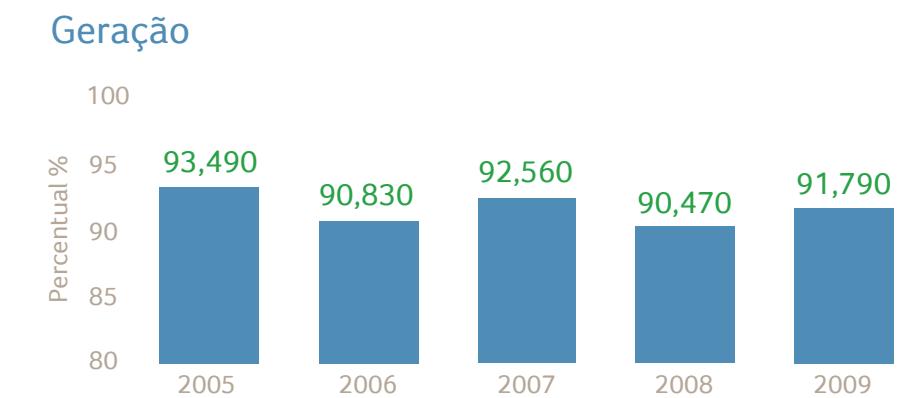
### Energia Interrompida – ENES

*Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.*

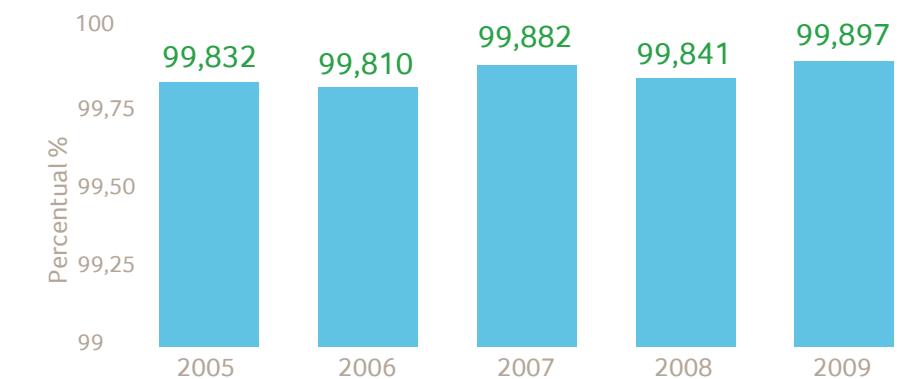


### Disponibilidade Operacional – DO

*Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.*



### Linha de Transmissão





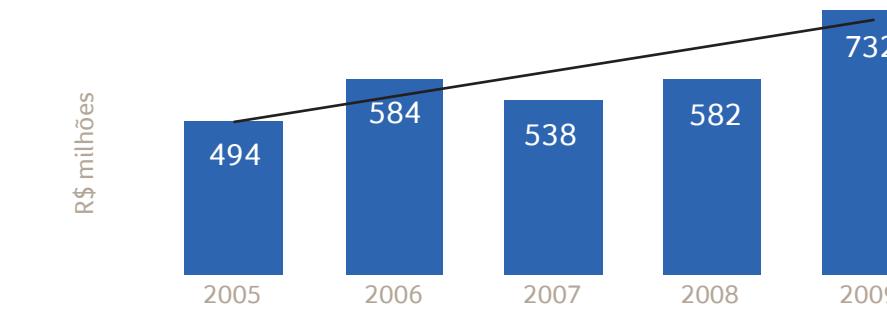
UHE Dardanelos-MT

## 09 Investimentos

No ano, os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf totalizaram R\$ 731,8 milhões. O valor contabilizado, considerando apenas as adições ao ativo imobilizado, está assim distribuído: R\$ 61,2 milhões em geração de energia; R\$ 443,7 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 145,8 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 81,1 milhões em infraestrutura. No período de 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR foi de 8,18%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos 5 anos.

Investimentos em Ativos Fixos  
CAGR 8,18%



## Geração

Para manter o sistema de geração com nível de disponibilidade satisfatório, foram realizadas diversas ações de manutenção e benfeitorias nas usinas da Companhia, destacando-se os trabalhos de digitalização de Medição, Proteção, Comando, Controle, Supervisão e Regulação – MPCCSR da UHE Paulo Afonso III.

No Programa de Estudos de Potenciais de Energia Hidráulica, para aumentar a oferta de geração hidrelétrica no Nordeste, a Chesf, em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, a Engevix Engenharia S.A. e a Desenvix S.A., concluiu os estudos ambientais – EIA/RIMA – do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE, Riacho Seco (276 MW), localizado no trecho Submédio do Rio São Francisco. Em dezembro de 2009, o Ibama deu aceite aos estudos ambientais de cinco Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhano (64 MW), desenvolvidos pela Chesf em parceria com a CNEC Engenharia S.A., a Construtora Queiroz Galvão S.A. e a Energimp S.A. Há a expectativa de que ocorram os leilões de concessão dessas seis hidrelétricas no ano de 2010. Na área de energia eólica, a Empresa deu continuidade a estudos para viabilizar a implantação de novos parques na Região Nordeste.

## Transmissão

O Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- Construção da Linha de Transmissão Milagres-Coremas (230 kV), com extensão aproximada de 120 km, e dos respectivos terminais em 230 kV nas subestações Milagres e Coremas (Obra do PAC).
- Recapacitação dos circuitos 1 e 2 da Linha de Transmissão Camaçari-Jacaracanga (230 kV).
- Ampliação da capacidade de transformação da Subestação Pau Ferro com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da Subestação Angelim com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da Subestação Jardim II com a instalação do 4º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da Subestação Tacaimbó com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Pici II com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Piripiri com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.

- Ampliação da capacidade de transformação da Subestação Santa Cruz II com a instalação de um transformador 69/13,8 kV – 10 MVA, em substituição ao transformador 69/13,8 kV – 5 MVA existente.
- Instalação de 1 entrada de linha de 230 kV na Subestação Icó, 2 conexões de transformador de 500 kV na subestação Messias, 1 reator trifásico de 230 kV – 15 MVar na Subestação Picos e transformadores de terra de 69 kV nas subestações Pau Ferro, Piripiri e Tacaimbó.
- Em implantação, os empreendimentos – linhas de transmissão e ampliação de subestações – cujas concessões foram obtidas por meio de leilão ou autorização da Aneel e que integram as obras do PAC:
  - Linha de Transmissão 230 kV, Ibicoara-Brumado II, circuito 1.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Paraíso-Açu II, circuito 2.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Picos-Tauá II, circuito 1.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Funil-Itapebi, circuito 3.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Jardim II-Penedo, circuito 1.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Eunápolis-Teixeira de Freitas, circuito 1.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Eunápolis-Teixeira de Freitas, circuito 2.
  - Linha de Transmissão 230 kV, Pau Ferro-Santa Rita II, circuito 1.
  - Subestação Zebu (230 kV).
  - Subestação Santa Rita (230 kV).
  - Subestação Teixeira de Freitas (230 kV).
  - Subestação Natal III (230 kV).
  - Subestação Suape II (500/230 kV – 600 MVA).
  - Subestação Suape III (230/69 kV – 400 MVA).
  - Subestação Pilões (138 kV).



Subestação Natal II-RN.

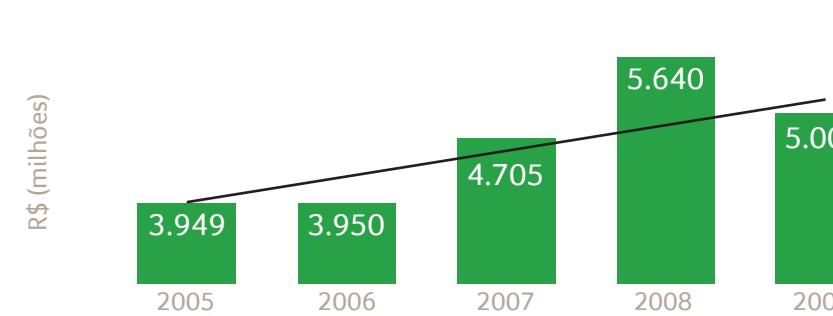
## 10 Desempenho Econômico-financeiro

### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Chesf, em 2009, no montante de R\$ 5.004,9 milhões, apresentou uma diminuição de 11,3% em relação aos R\$ 5.640,4 milhões de 2008. Tal resultado foi decorrente dos seguintes fatores: queda de 67,5% na comercialização de energia no mercado de curto prazo; queda de 7,1% no suprimento de energia às empresas distribuidoras e comercializadoras, em função da movimentação ocorrida nos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL; aumento de 6,4% na receita de transmissão, fruto de novos empreendimentos e dos reajustes previstos nos contratos vigentes. No período de 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR foi de +4,85%.

#### Receita Operacional Bruta

CAGR +4,85%

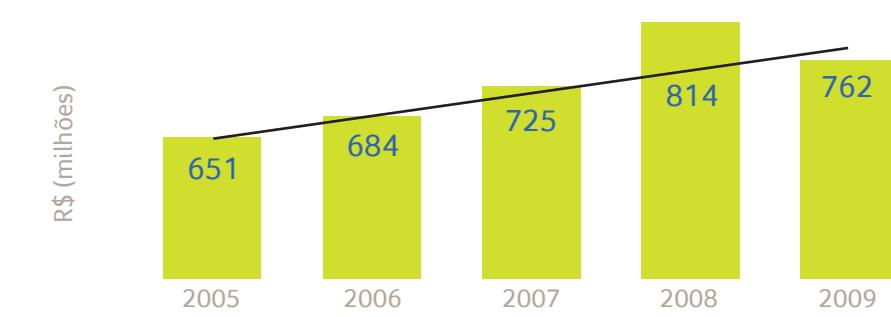


### Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 762,2 milhões no ano de 2009 (-6,4% em relação a 2008). Desse total, R\$ 475,9 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-4,4% em relação a 2008), e R\$ 286,3 milhões, a encargos regulatórios (-9,4% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR, no período de 2005 a 2009, foi de +3,20%.

#### Tributos e Encargos Regulatórios

CAGR +3,20%

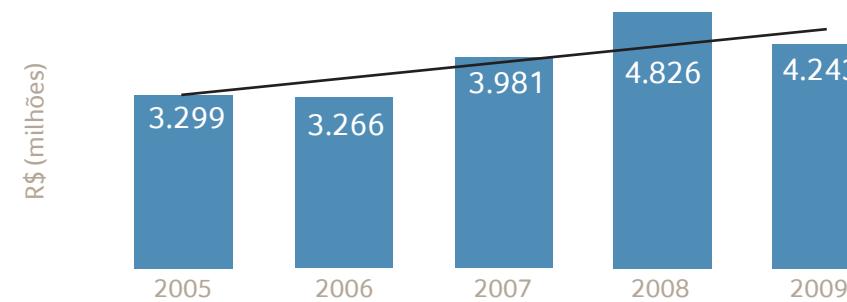


## Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida registrou queda de 12,1% (-R\$ 583,7 milhões) em relação ao ano de 2008, atingindo R\$ 4.242,6 milhões em 2009. Desse montante, a venda de energia elétrica contribuiu com 74,1% (78,4% em 2008), a receita pela disponibilização do sistema de transmissão de energia respondeu com 25,7% (21,4% em 2008), e o restante, 0,2%, teve como origem outras receitas operacionais. De 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR foi de +5,16%.

### Receita Operacional Líquida

CAGR +5,16%

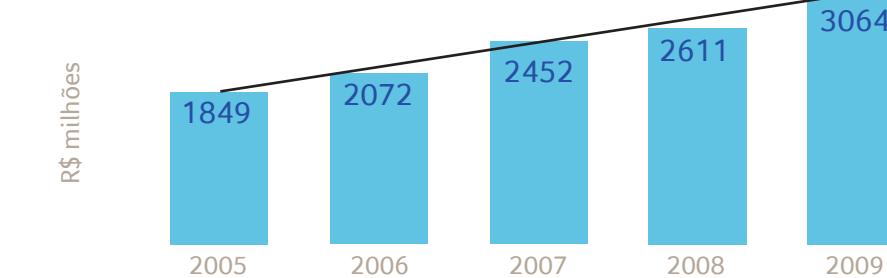


## Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais somaram R\$ 3.064,1 milhões em 2009 (17,4% maior que 2008). Os custos do serviço de energia elétrica foram de R\$ 1.796,5 milhões (9,7% inferior a 2008), em função, basicamente, das quedas verificadas nos itens combustíveis para a produção de energia e a compra de energia para revenda. Por sua vez, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 1.267,6 milhões em 2009 (+104,2% em comparação a 2008). Esse aumento é explicado, basicamente, por provisões de créditos para liquidação duvidosa e perdas – Consumidores/Concessionárias e Energia Livre, e provisão para o Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP, no montante de R\$ 274,1 milhões, bem como o registro de avaliação atuarial de benefícios pós-emprego, no valor de R\$ 81,9 milhões. A Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR, foi de +10,63% no período 2005 a 2009.

### Custos e Despesas Operacionais

CAGR +10,63



## Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço – EBIT, no valor de R\$ 1.178,5 milhões, apresentou queda de 46,8% em relação aos R\$ 2.215,4 milhões obtidos em 2008. Esse resultado, que representa a margem operacional do serviço, passou de 45,9%, em 2008, para 27,8% da receita operacional líquida de 2009, uma redução de 18,1 pontos percentuais.

### Resultado do Serviço de Energia Elétrica



## Geração Operacional de Caixa - EBITDA

A geração operacional de caixa expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 2.041,2 milhões, representando uma redução de 33,9% em relação aos R\$ 3.087,5 milhões registrados em 2008. A margem EBITDA de 48,1% sobre a receita operacional líquida, ante a de 64,0% obtida em 2008, representa uma queda de 15,9 pontos percentuais.

### EBITDA



Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	2009	2008
Lucro Líquido	764,4	1.437,3
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	132,7	204,7
(+) Participações nos lucros	72,1	60,6
(+) Receitas (despesas) não recorrentes	(4,6)	47,8
(+) Despesas Financeiras	404,7	644,0
(+) Depreciação	620,4	603,4
(+) Provisões para Contingência	51,5	89,7
(=) EBITDA	2.041,2	3.087,5

## Resultado Financeiro

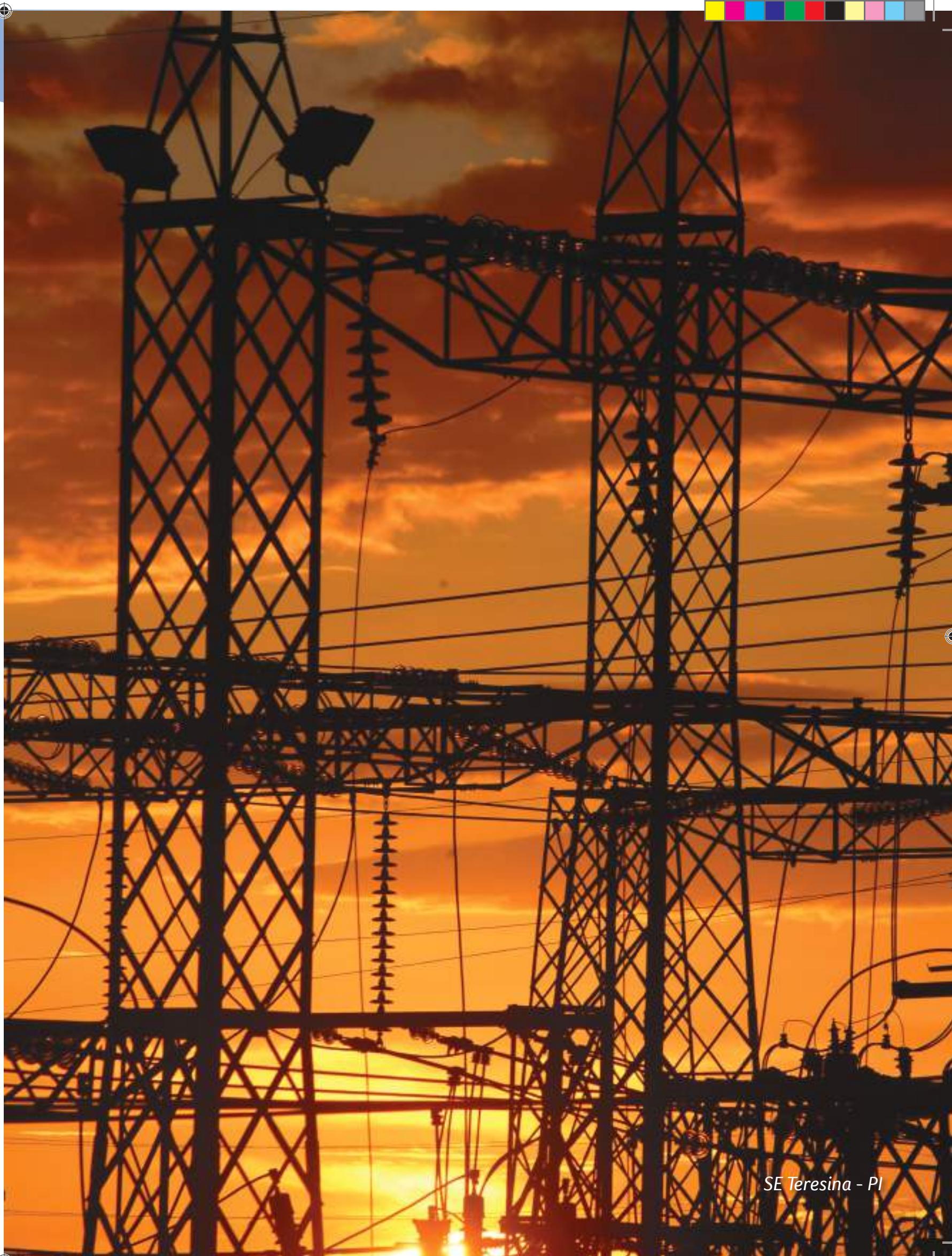
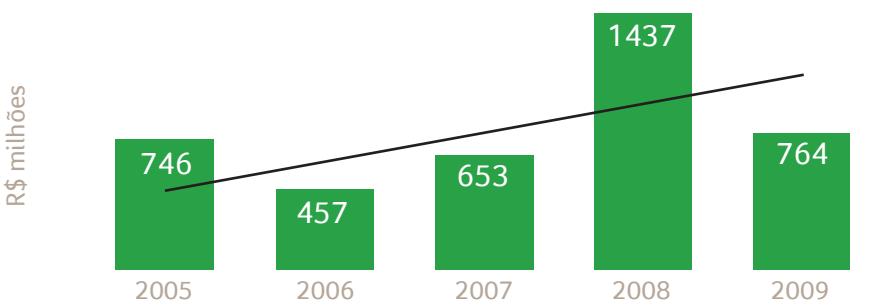
O resultado financeiro no exercício representou uma despesa líquida de R\$ 213,9 milhões, 54,0% menor em relação ao valor de R\$ 465,0 milhões de 2008, que também apresentou resultado líquido de despesa. Esse resultado é explicado, basicamente, pela redução dos encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos, refletindo a queda do estoque da dívida e dos seus indexadores.

Receitas (despesas) financeiras (R\$ - milhões)	2009	2008
Renda de aplicações financeiras	77,8	76,8
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	31,7	70,3
Encargos de dívida de empréstimos e financiamentos	(430,1)	(487,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	53,0	(83,4)
Outras receitas (despesas) financeiras	53,7	(41,0)
(=) Resultado financeiro líquido	(213,9)	(465,0)

## Lucro Líquido

O lucro líquido obtido pela Chesf em 2009 foi de R\$ 764,4 milhões, uma redução de 46,8%, quando comparado aos R\$ 1.437,3 milhões de 2008, e é explicado, basicamente, pela diminuição na receita operacional líquida (-12,1%) e pelo crescimento dos custos e das despesas operacionais (+ 17,4%). De 2005 a 2009, a Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR, foi de +0,48%.

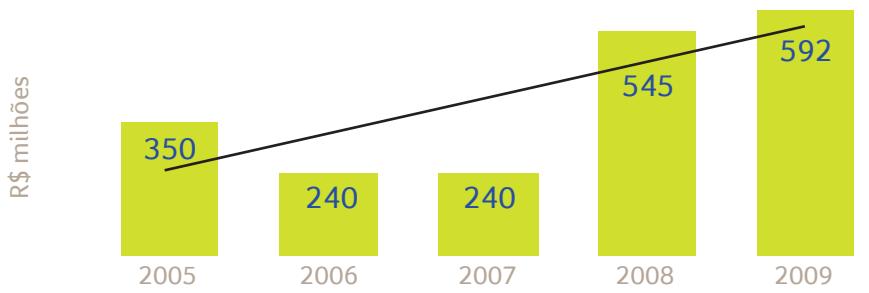
Lucro Líquido do Exercício  
CAGR +0,48%



## 11 Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, a administração da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício, resolveu propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, uma remuneração de R\$ 591,7 milhões, a título de dividendos, equivalentes a 100,0% do lucro líquido ajustado (51,4% em 2008) e correspondentes a uma distribuição de R\$ 14,19 por ação ordinária e preferencial (R\$ 13,06 em 2008). A Taxa de Crescimento Anual Composta – CAGR, foi de +9,26%, no período 2005 a 2009.

Remuneração aos Acionistas  
CAGR +9,26%



Bondinho sobre o Cânion do Rio São Francisco



## 12 Empréstimos e Financiamentos

O endividamento bruto, que inclui os juros contabilizados e o principal da dívida com a Controladora e com instituições financeiras, encerrou o ano com R\$ 663,5 milhões, 82,5% menor que os R\$ 3.785,8 milhões ao final de 2008. Cabe salientar o registro da decisão da Eletrobras de autorizar a conversão de grande parte dos seus créditos com a Companhia, no montante de R\$ 2.723,7 milhões, relativos a empréstimos e financiamentos, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a sua capitalização para até 31/03/2010. A posição de dívida líquida (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, deduzidos das disponibilidades e aplicações financeiras) apresentou no final do ano o saldo de créditos superior à dívida, no valor de R\$ 132,6 milhões,

Dívida consolidada - R\$ (milhões)	2009	2008	Δ %
Curto prazo	120,3	478,0	-74,8%
Em moeda nacional	120,3	368,0	-67,3%
Em moeda estrangeira	-	110,0	-
Longo prazo	543,2	3.307,8	-83,6%
Em moeda nacional	543,2	3.153,8	-82,8%
Em moeda estrangeira	-	154,0	-
<b>Dívida bruta total</b>	<b>663,5</b>	<b>3.785,8</b>	<b>-82,5%</b>
(-) Caixa e equivalentes	4,9	9,3	-47,3%
(-) Aplicações financeiras	791,2	887,0	-10,8%
<b>Dívida líquida/superávit</b>	<b>-132,6</b>	<b>2.889,5</b>	<b>-</b>



## 13 Participações Societárias

Em 31 de dezembro de 2009, a Chesf possuía participações minoritárias nas seguintes empresas:

### Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN

49% no capital social da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN, constituída em 27 de outubro de 2003, que tem como objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção da Linha de Transmissão, Teresina II (PI)-Sobral III (CE)-Fortaleza II (CE), de 500 kV em operação desde janeiro de 2006, com prazo de concessão de 30 anos.

### Integração Transmissora de Energia S.A.

12% no capital social da empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20 de dezembro de 2005, que tem como objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção da Linha de Transmissão, Colinas-Serra da Mesa II, de 500 kV, 3º circuito, em operação desde maio de 2008, com prazo de concessão de 30 anos.

### Energética Águas da Pedra S.A.

24,5% no capital social da empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 3 de abril de 2007, que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado de Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, com marco contratual de início das operações previsto para janeiro de 2011 e prazo de concessão de 35 anos. Cabe ressaltar a previsão atual de antecipação do início de operação da primeira unidade dessa hidrelétrica para junho/2010.

### ESBR Participações S.A.

20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12 de fevereiro de 2009, que passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. a partir de maio/2009 e tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com potência de 3.300 MW e energia assegurada total de 1.975,3 MW médios, com início das operações previsto para janeiro de 2013 e prazo de concessão

de 35 anos. Ressalte-se que o cronograma atual de implantação prevê a antecipação do início de operação da primeira unidade dessa hidrelétrica para o primeiro semestre de 2012.

### Manaus Transmissora de Energia S.A.

19,5% no capital social da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., constituída em 22 de abril de 2008, que tem como objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção da Linha de Transmissão, Oriximiná-Itacoatiara-Cariri, de 500 kV, da Subestação Itacoatiara (500/138 kV – 150 MVA) e da Subestação Cariri (500/230 kV – 1.800 MVA), com início das operações previsto para outubro de 2011 e prazo de concessão de 30 anos.

### Manaus Construtora Ltda.

19,5% no capital da empresa Manaus Construtora Ltda., constituída em 06 de abril de 2009, que tem como objetivo a construção, a montagem e o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a Linha de Transmissão de 500 kV Oriximiná-Cariri CD, a Subestação Itacoatiara, de 500/138 kV, e a Subestação Cariri, de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

### Interligação Elétrica do Madeira S.A.

24,5% no capital da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., constituída em 18 de dezembro de 2008, que tem como objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção da Linha de Transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO)-Araraquara II (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na Subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na Subestação Araraquara II, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30 anos.



Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica)

## 14 Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a administração informa que sua auditoria – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2009, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de 5 (cinco) anos, com início dos trabalhos no exercício de 2009.

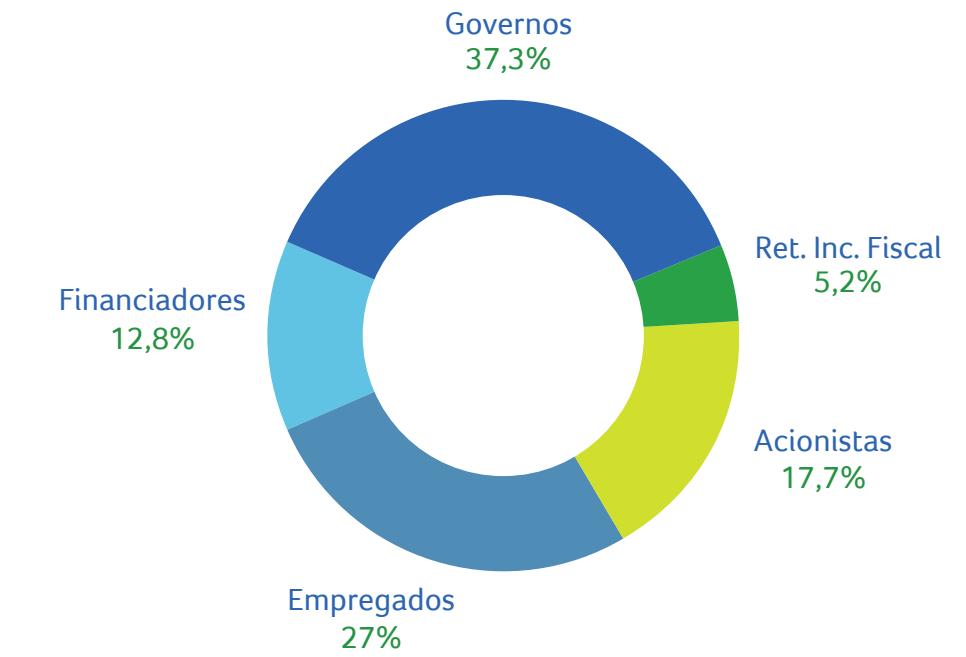


Link SE 500 KV - Milagres-CE

## 15 Valor Adicionado

O valor econômico gerado pela Companhia em 2009 foi de R\$ 3.338,1 milhões, montante 15,1% menor do que os R\$ 3.930,2 milhões de 2008. Esse valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos empregados (27,0%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (37,3%); juros aos financiadores (12,8%); dividendos aos acionistas (17,7%); e retenção decorrente de incentivo fiscal (5,2%).

### Distribuição de Valor Adicionado





Rio São Francisco

## 16 Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A Chesf investe em seu *Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&D+I*, buscando encontrar, na inovação de equipamentos, sistemas e processos, o incremento de sua rentabilidade, a melhoria contínua da prestação do serviço e a possibilidade de novos negócios.

A Companhia possui duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das Leis nº 9.991/2000 e nº 10.848/2004, tem o foco nas necessidades de interesse mais específico do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos projetos. A segunda carteira de projetos concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobras e tem, como executora, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, entidade que há mais de 30 anos vem prestando relevantes serviços para o setor elétrico nacional.

No exercício de 2009, foi feito um intenso investimento na modernização da gestão dos processos de P&D+I, ressaltando-se o aprimoramento da forma de prospecção e desenvolvimento dos projetos, de forma a atender às necessidades da Empresa e minimizar os riscos da pesquisa. Trinta e cinco demandas de pesquisa tiveram propostas de projeto pré-selecionadas e detalhadas, as quais deverão ser submetidas à Aneel e contratadas no primeiro semestre de 2010.

A média anual de recursos investidos nas carteiras supracitadas é de aproximadamente R\$ 26 milhões. A Chesf também contribui para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e para o custeio da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, perfazendo uma média anual de R\$ 25 milhões. Portanto, no total, a Chesf investe anualmente em P&D+I, direta e indiretamente, o expressivo montante de cerca de R\$ 51 milhões.

Em 2009, a pesquisa da Chesf referente a “Recuperação de biogás em aterros de resíduos sólidos urbanos – Projeto Piloto da Muribeca” obteve a segunda colocação geral no *V Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica* – Citenel.

Os projetos já concluídos, envolvendo todos os segmentos da cadeia produtiva, autorizam inferir a certeza de uma crescente otimização dos resultados da Empresa, do essencial compartilhamento de conhecimento academia-empresa e da aplicação dos resultados das pesquisas em benefício da Companhia e da sociedade, ações absolutamente essenciais para a consolidação do desenvolvimento nacional.



*Artesanato regional*



## 17 Responsabilidade Socioambiental

A Chesf entende que a sua gestão deve ser direcionada para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por essa razão, a atuação socioambiental da Companhia, além de contribuir para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional de seus empregados, contribui para o desenvolvimento dos seus fornecedores, para ampliar o relacionamento com as comunidades do entorno das suas instalações e de seus empreendimentos, para implantar projetos do Governo Federal, para desenvolver ações direcionadas à sociedade em geral e para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.



Treinamento com robô em campo

## 18 Atuação Voltada para os Empregados (Público Interno)

A Companhia encerrou o exercício de 2009 com um quadro de pessoal de 5.635 empregados. O índice de turnover do exercício foi de 3,18%. Foi finalizada a construção do Plano de Carreira e Remuneração para as Empresas do Sistema Eletrobras, com foco em Competências e Resultados e Sistema de Gestão de Desempenho – SGD. Essas ações compõem o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras.

A Empresa adota a prática de constituição de Comissões Paritárias Chesf/Sindicatos para equacionar questões de interesse de ambas as partes. Por sugestão da Comissão Paritária de Políticas de Acampamento, continuou-se a venda de casas dos acampamentos da Empresa aos seus moradores.

### Remuneração e Benefícios

Em 2009, R\$ 72,1 milhões foram distribuídos para os empregados como Participação nos Lucros ou Resultados – PLR, resultante do cumprimento de metas preestabelecidas pela Eletrobras e pela Chesf: dar lucro e distribuir dividendos e metas financeiras (margem operacional e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e de transmissão).

Os empregados da Chesf têm direito aos seguintes benefícios: assistência materno-infantil para filhos de até 6 meses; assistência educacional para filhos de mais de 6 meses até 20 anos; auxílio educacional superior, concedido para empregados que não tenham curso universitário; seguro de vida em grupo; assistência ao portador de deficiência – PAPD, para empregados e dependentes; atendimento médico e de enfermagem nos ambulatórios da Empresa durante o horário de expediente; auxílio óculos e lentes para os empregados e seus dependentes; complementação de auxílio-doença; Plano de Assistência Patronal – PAP, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; pecúlio por morte ou invalidez decorrente de acidente de trabalho; transporte – antecipação de vale ao empregado para deslocamento residência/local de trabalho/residência; vale-refeição; alimentação; previdência privada, através da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

### Capacitação e Desenvolvimento

A Chesf adota um sistema de educação corporativa que vincula a capacitação às necessidades da Organização e ao desenvolvimento dos empregados.

Em 2009, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 80,24, correspondendo a 4,17% das horas de trabalho. O marco regulatório e a alta competitividade, inerentes ao novo Modelo do Setor Elétrico, têm exigido da Chesf um redirecionamento estratégico nos processos de capacitação. Nesse sentido, destaca-se a ampliação da oferta de treinamentos com fornecedores internos, visando ao desenvolvimento de competências requeridas pelo negócio da Companhia. Entende-se que a gestão com foco no conhecimento é indispensável, incluindo o investimento em processos de instrutoria interna. O objetivo é compartilhar a alta competência individual e os conhecimentos sobre a realidade empresarial dos empregados mais antigos, propiciando uma oportunidade única de troca. Houve também um aumento expressivo da oferta de treinamentos à distância, propiciando democratização do aprendizado e redução dos custos de treinamento e do tempo de aplicação do conteúdo assimilado. Alinhado à nova realidade organizacional, está em curso desde 2008 o *Plano de Preparação Gerencial*, com alto investimento da Companhia no seu corpo de gerentes, fundamental para as atuais transformações no Sistema Eletrobras. O objetivo central do Plano é a maximização da performance dos executivos da Chesf.

### Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2009, a Chesf deu continuidade à implantação do Plano Corporativo de Saúde e Qualidade de Vida-Viver Bem Chesf objetivando atuar, de forma sistêmica, na prevenção, recuperação e promoção de saúde e qualidade de vida dos seus empregados. Dentre as ações realizadas, destaca-se o *Plano de Atendimento Emergencial – PAE*, que visa maior eficiência e agilidade no atendimento ao empregado acidentado ou à vítima de mal súbito.



Também, em 2009, foi realizada a integração de duas campanhas: *Fique Alerta e Segurança Dez*, com abrangência para todos os empregados da Companhia, com foco na prevenção de Incidentes do Trabalho, Acidentes do Trabalho, Incidentes Operacionais e Perdas.

Foram, ainda, contratados serviços especializados para realizar diagnóstico da adequação dos processos de trabalho relativos à geração e à transmissão de energia, realizados nas usinas Xingó, Boa Esperança e Camaçari e na Subestação Recife II, da Chesf, à norma OHSAS (Occupational Health Safety Assessment Series – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) 10001 e às legislações pertinentes.

A Companhia possui 22 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes-Cipas, formadas paritariamente por representantes eleitos pelos empregados e representantes do empregador. Anualmente, é realizado o Intercipa, seminário que reúne representantes de todas as Cipas da Chesf, representantes dos empregados e do empregador, dos órgãos de segurança do trabalho e representantes dos sindicatos e outros convidados, objetivando a troca de experiências no que se refere às boas práticas prevencionistas, a fim de melhorar a gestão de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Em 2009, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento foi 4,31, ficando 0,9% acima do limite tolerável para o exercício. Com relação à Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento, os acidentes foram menos graves do que no ano anterior, mantendo-se a tendência de queda, o que contribuiu para a redução dessa taxa de 83, em 2008, para 44, em 2009.

## Respeito à Diversidade e à Equidade de Gênero

O respeito e a promoção da diversidade estão presentes na gestão da Chesf. A Companhia atua para eliminar qualquer tipo de discriminação. Nos normativos de gestão de pessoas e no Código de Ética e de Conduta Empresarial, há cláusula que explicita a posição contrária a quaisquer

preconceitos e práticas que discriminem pessoas por cor/raça; etnia; sexo; idade; origem regional; condição econômica ou social; condição física ou mental; orientação política; religiosa ou sexual; ou por qualquer outra condição.

A Companhia recebeu da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM, o Selo Pró-equidade de Gênero 2009, um atributo de destaque e distinção da Chesf como empresa comprometida, e em reconhecimento pelas suas ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres e para a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho.

A Chesf deu continuidade a ações que ampliam a inclusão social e a acessibilidade de empregados com deficiência. Para atender aos deficientes visuais, existem informações em linguagem braile nas catracas de acesso às instalações e nas portas internas, bem como sintetizadores de voz nos elevadores. Esses empregados dispõem de equipamentos e softwares específicos para a realização de suas atividades. O Código de Ética e Conduta Empresarial está disponível em braile. A opção religiosa e a orientação política e sexual dos empregados são respeitadas.



Barramento de 230 kV em Paulo Afonso

## 19 Fornecedores

A Companhia promove, periodicamente, a atualização de seus fornecedores sobre os procedimentos utilizados para a gestão dos contratos. Atua, também, no sentido de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos. Para tal, foram realizados encontros de um dia no Recife, em Paulo Afonso e em Teresina. Os requisitos de Responsabilidade Social, ética e questões de diversidade e gênero são enfatizados em palestra específica que está incluída na programação dos eventos. Outro ponto também amplamente divulgado com os fornecedores foi a criação e o papel da Ouvidoria da Chesf.

Em consonância com o Código de Ética e Conduta Empresarial da Chesf, que explicita os princípios e valores éticos que norteiam a conduta institucional da Companhia e dos seus funcionários nas interações com os fornecedores, em 2009 a Chesf promoveu a ampla divulgação dos *Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores*, no qual também está explicitado o repúdio ao trabalho infantil e à submissão de profissionais a trabalhos em condições degradantes. Para a contratação do fornecimento de bens e de serviços, há a exigência de cumprimento desses princípios.



Projeto Pedra Branca - Itaparica-BA

## 20 Relacionamento com as Comunidades

A Companhia aloca os projetos e as ações para as comunidades que recebem o seu apoio em grandes programas:

- Programa Geração – atendimento das populações carentes das microrregiões onde a Empresa implantou geração hidrelétrica, compreendendo o Programa Lagos do São Francisco, abrangendo as áreas das hidrelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo Paulo Afonso e Xingó; o Programa Sobradinho (municípios lindeiros dessa hidrelétrica); o Programa Boa Esperança (municípios vizinhos da hidrelétrica Boa Esperança); e o Programa Rio de Contas (municípios nas imediações das hidrelétricas Funil e Pedra).
- Programa Transmissão – atuação nas comunidades de municípios onde estão implantadas as subestações ou que são cortados por linhas de transmissão.
- Programa Regiões Metropolitanas – atuação em comunidades dos municípios das regiões metropolitanas do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia, onde se situam as principais instalações da Companhia.

A maioria dos programas e projetos que a Chesf apoiou e que beneficiou milhares de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes teve o foco em: educação, capacitação e difusão do conhecimento; geração de trabalho e renda e desenvolvimento regional; complementação alimentar; promoção da saúde e cidadania.

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. O *Programa Luz para Todos* realizou 143.138 ligações que beneficiaram 715.690 pessoas no Nordeste.

Em Paulo Afonso/BA a Companhia oferece suporte ao funcionamento da Delegacia de Atendimento à Mulher. Empregados da Chesf têm assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Comitê Gestor Estadual do *Programa Luz para Todos*, no Conselho



Municipal do Meio Ambiente, no Conselho Municipal do Turismo e na Comissão de Gerenciamento de Crise Regional.

A Companhia mantém o Hospital Nair Alves de Souza, em convênio com o SUS. Em 2009, foram atendidas, aproximadamente, 86 mil pessoas de 22 cidades de 4 estados do Nordeste.

A CIPA fazem campanhas internas três vezes ao ano para doação de sangue e de medula óssea, em parceria com hemocentros estaduais. A Companhia continuou participando ativamente da *Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*, com realização de palestras para as comunidades e distribuição de peças da campanha para rádios comunitárias.

## Sustentabilidade Ambiental

A Chesf adota uma gestão sistemática dos impactos e das questões ambientais decorrentes de seus ativos de geração e de transmissão, bem como de processos de armazenagem e de movimentação de produtos perigosos, tendo destinado, em 2009, R\$ 15,6 milhões para programas que visam à preservação do meio ambiente.

Na área de geração, todos os empreendimentos possuem licença de operação. As usinas Pedra e Funil, na Bahia; Boa Esperança, no Piauí; e Araras, no Ceará, encontram-se em processo de renovação das licenças. Mais de 30 programas socioambientais estão em curso, direcionados para recuperação de áreas degradadas, levantamento e monitoramento ambiental, saúde e educação ambiental e resgate arqueológico.

Em 2009, foi concluído o Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, registrando-se a ocorrência e a distribuição de mais de 400 espécies da fauna e flora aquáticas, e os Planos Ambientais de Conservação e Uso dos Reservatórios de Boa Esperança e do Complexo Paulo Afonso. Na área de novos aproveitamentos hidrelétricos, a Chesf elaborou os Estudos de Impacto Ambiental para Aproveitamentos Hidrelétricos do Rio Parnaíba (Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Cachoeira,

Estreito e Castelhano) e do Rio São Francisco (Riacho Seco).

Dentre os programas socioambientais vinculados aos empreendimentos de geração da Chesf, merece destaque o Programa de Capacitação de Pescadores e Filhos de Pescadores na região do Baixo São Francisco, que atuou junto a 600 pescadores e suas famílias, e o Plano de Ação Socioambiental (PAS), no entorno das usinas do Complexo Paulo Afonso, que desenvolve um modelo de Educação e Comunicação Ambiental permanente junto às comunidades, envolvendo nessa fase cerca de 450 lideranças comunitárias, secretarias municipais, escolas, agentes de saúde, comunidades indígenas e outras.

A Chesf apoiou o Programa Nacional de Revitalização do São Francisco, executando ações de Recomposição de Matas Ciliares, com o plantio de 600 mil mudas, e de Manejo e Conservação dos espécimes de peixe da região, com a soltura de cerca de 1.350.000 alevinos de espécies nativas, realizadas em diversos municípios e reservatórios do Submédio São Francisco.

Todos os empreendimentos de transmissão da Chesf estão licenciados ou em processo de renovação e regularização, tendo sido atendidas 472 condicionantes contemplando programas de levantamento e monitoramento de fauna e de flora, estudos arqueológicos, entre outros. A Chesf localizou e deu início ao processo de resgate de urnas funerárias indígenas na região do município de Pilões, na Paraíba, em terreno destinado a construção de subestação.

No ano de 2009, foram concluídos os seguintes programas de comunicação ambiental para novos empreendimentos de transmissão da Chesf: Linhas de Transmissão Funil-Itapebi (230 kV) e Ibicoara-Brumado, na Bahia; Paraíso-Açu, no Rio Grande do Norte; Milagres-Coremas, no Ceará e na Paraíba; e Jardim-Penedo, em Sergipe e na Bahia. Esses programas envolveram secretarias de Educação e Saúde dos municípios, organizações sociais, lideranças e comunidades ao longo das faixas de passagem das linhas.

Ações emergenciais de Educação e Comunicação Ambiental, com foco em queimadas, foram implementadas nas linhas de transmissão mais críticas dos estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão, envolvendo 793 km de extensão de linhas de transmissão, 1.300 famílias, além de escolas próximas, lideranças comunitárias, prefeituras, associações e outras representações. Essas ações contaram com a participação de representações do Ibama/Prevfogo dos estados envolvidos. Como resultado, não foi registrado nenhum desligamento dessas linhas por questão de queimadas até o final de 2009.

Em relação à compensação ambiental, a Chesf passou a depositar recursos diretamente em conta específica do fundo de compensação ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-CMBIO, tendo assinado o primeiro termo de compromisso referente à compensação ambiental da Linha de Transmissão Milagres-Coremas. Contudo, a Chesf deu prosseguimento ao atendimento das Medidas Compensatórias de execução direta, relativas à elaboração dos Planos de Manejo para a Reserva Biológica de Santa Isabel, em Sergipe, e para a de Serra Negra, em Pernambuco.

Com relação à área de produtos perigosos, a Chesf possui todas as suas instalações licenciadas e com as respectivas condicionantes atendidas. Esses licenciamentos incluem os Depósitos de Guarda Temporária de Ascarel e a Estação de Tratamento de Óleo do Bongi.

Em 2009, a Chesf não foi multada por violação de normas de proteção ambiental, ressaltando-se que não há qualquer restrição às atividades operacionais da Companhia.

## **Programa do Reassentamento de Itaparica**

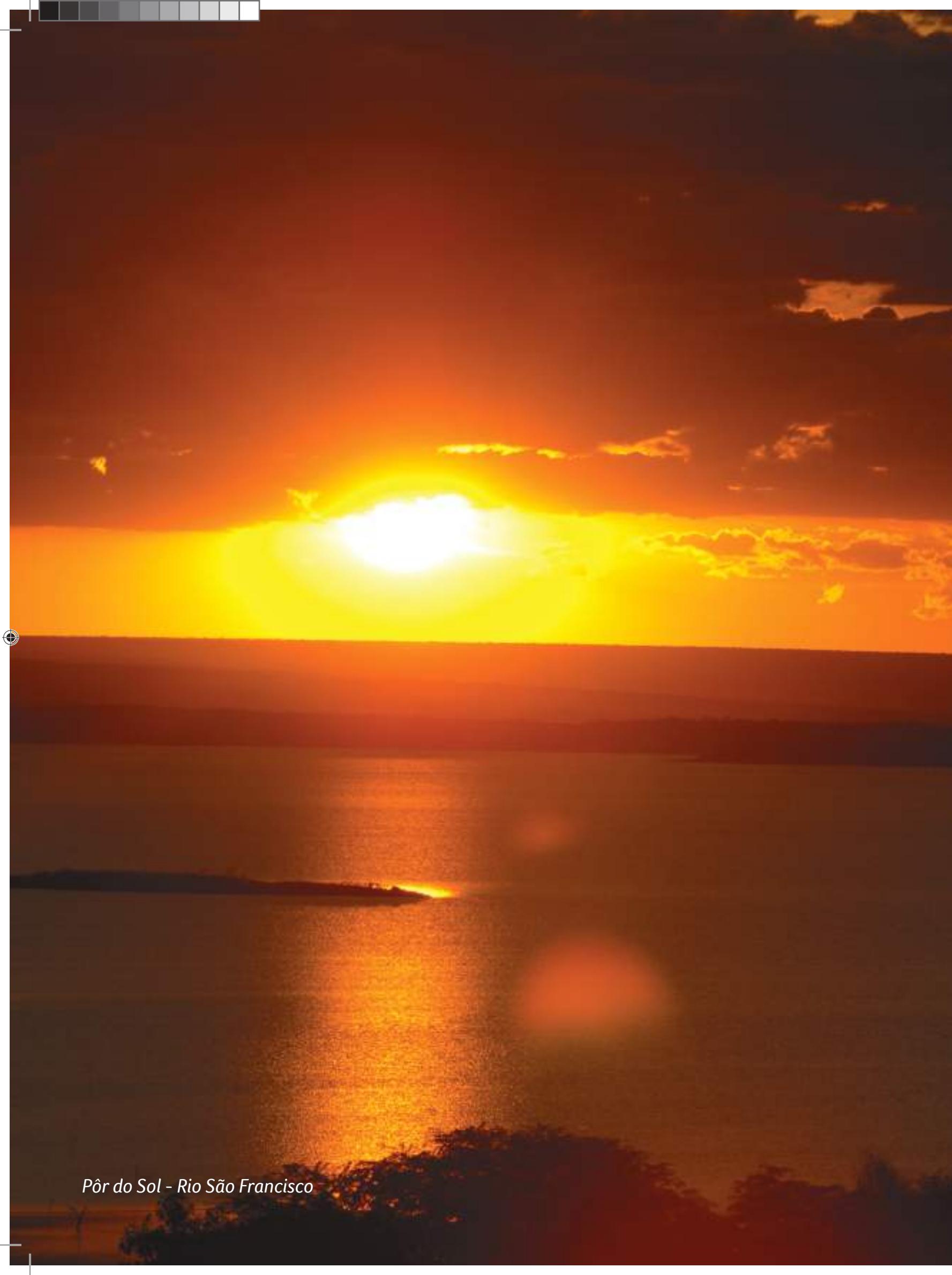
A Chesf investiu R\$ 145,8 milhões no Reassentamento de Itaparica, em obras, serviços, aquisição de equipamentos, assistência ao reassentado e ao processo de produção agrícola, programas ambientais, indenizações à comunidade indígena Tuxá, indenizações de terras para o Projeto Jusante (Glória/BA) e regularização fundiária das áreas adquiridas.

No Projeto Jusante, foram concluídas as obras do sistema adutor de recalque dos reservatórios de acumulação e da montagem eletromecânica dos equipamentos, estando na fase final a licitação das obras do sistema adutor de gravidade. Iniciadas as obras da última fase de implantação do Projeto Barreiras Bloco 2 (Tacaratu/PE), com a implantação da rede parcial dos lotes irrigados e do sistema viário

O Projeto Itacoatiara (Rodelas/BA) teve concluída a instalação da rede elétrica e a ligação das 86 unidades consumidoras localizadas nas glebas transferidas aos seus beneficiários, o que permitirá a exploração daquelas terras ribeirinhas com métodos tradicionais de irrigação a serem por eles próprios instalados. Foi iniciada a recuperação do sistema de abastecimento de água potável às agrovilas e a licitação para implantação da estrada de acesso às glebas integrantes do projeto.

Com relação ao reassentamento da Comunidade Indígena Tuxá, foi encerrado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado em 2004 com o Ministério Público Federal, a União Federal, as comunidades indígenas tuxás, Fundação Nacional do Índio – Funai e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com o pagamento da última parcela do acordo indenizatório nele previsto.

Prossegue a gestão dos perímetros irrigados, a cargo da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, de conformidade com o Termo de Cooperação firmado em março de 2007, prosseguindo as ações de assistência aos irrigantes, como os serviços de operação e manutenção da infraestrutura pública de irrigação, e dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Assim, foi dado andamento aos trabalhos de modernização das instalações dos perímetros irrigados e da implantação de drenagem agrícola, de modo a permitir boas condições de produtividade das áreas irrigadas durante a vida útil daqueles perímetros. No campo administrativo, foi dada sequência no inventário dos bens que integram a infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros irrigados, objetivando o processo de transferência para a Codevasf.



Pôr do Sol - Rio São Francisco

## Informações de natureza social e ambiental

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf são demonstrados a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais)					
<b>1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA</b>	Em 2009:	3.338.094	Em 2008:	3.930.176	
Distribuição do Valor Adicionado					
A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	37,3% governo 22,9% acionistas	27,0% empregados 12,8% financiadores	33,2% governo 36,3% acionistas	13,6% empregados 16,9% financiadores	
<b>2 - RECURSOS HUMANOS</b>	Em 2009:		Em 2008:		
<b>2.1 - REMUNERAÇÃO</b>					
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	530.349		448.939		
- Empregados	528.225		447.009		
- Administradores	2.124		1.930		
Relação entre a maior e a menor remuneração:					
- Empregados	20,7		23,1		
- Administradores	1,0		1,0		
Encargos sociais	138.114	26,0%	3,3%	112.402	25,0%
Alimentação	37.196	7,0%	0,9%	34.578	7,7%
Transporte	665	0,1%	0,0%	591	0,1%
Previdência privada	43.269	8,2%	1,0%	33.988	7,6%
Saúde	45.594	8,6%	1,1%	40.180	8,9%
Segurança e medicina do trabalho	2.585	0,5%	0,1%	2.484	0,6%
Educação e creche	10.030	1,9%	0,2%	8.695	1,9%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.527	1,2%	0,2%	6.972	1,6%
Participação nos lucros ou resultados	72.145	13,6%	1,7%	60.652	13,5%
Total	356.125	67,1%	8,4%	300.542	66,9%
<b>2.3 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL</b>					
Nº de empregados no final do exercício	5.635			5.535	
Nº de admissões	229			109	
Nº de demissões	129			80	
Nº de estagiários no final do exercício	206			-	
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	48			56	
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-			-	
Nº de empregados por sexo:					
- Masculino	4.485			4.398	
- Feminino	1.150			1.137	
Nº de empregados por faixa etária:					
- Menores de 18 anos	-			-	
- De 18 a 35 anos	954			881	
- De 36 a 60 anos	4.281			4.336	
- Acima de 60 anos	400			318	
Nº de empregados por nível de escolaridade:					
- Analfabetos	-			0	
- Com ensino fundamental	994			1.020	
- Com ensino médio	441			434	
- Com ensino técnico	2.162			2.142	
- Com ensino superior	1.866			1.767	
- Pós-graduados	172			172	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:					
- Masculino	84,0%			84,8%	
- Feminino	16,0%			15,2%	
<b>2.4 - CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS TRABALHISTAS:</b>					
Nº de processos trabalhistas movidos contra a Entidade	643			810	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	374			278	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	423			162	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça	-			6.024	



3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade							
Total dos investimentos em:							
Educação	2.253	0,2%	0,1%		4.398	0,3%	0,1%
Cultura	8.664	0,9%	0,2%		6.221	0,4%	0,1%
Saúde e infra-estrutura	17.300	1,8%	0,4%		13.124	0,8%	0,3%
Esporte e lazer	1.084	0,1%	0,0%		1.155	0,1%	0,0%
Alimentação	15	0,0%	0,0%		604	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	4.724	0,5%	0,1%		4.436	0,3%	0,1%
Reassentamento de famílias	145.764	15,0%	3,4%		134.086	7,9%	2,8%
Total dos investimentos	179.804	18,6%	4,2%		164.024	9,6%	3,4%
Tributos (excluídos encargos sociais)	611.719	63,1%	14,4%		706.544	41,5%	14,6%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	210.061	21,7%	5,0%		164.794	9,7%	3,4%
Total - Relacionamento com a comunidade	1.001.584	103,3%	23,6%		1.035.362	60,8%	21,5%
3.2 - Interação com os Fornecedores							
São exigidos controles sobre: Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores							
Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.							
4 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE		Em 2009		Em 2008			
		Valor (mil)	% sobre RO	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		10.914	1,1%	0,3%	10.675	0,6%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		1.905	0,2%	0,0%	2.689	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da Entidade		-	0,0%	0,0%	66	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		933	0,1%	0,0%	1.240	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		1.916	0,2%	0,0%	741	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a Entidade		-	0,0%	0,0%	5	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinado administrativa e/ou judicialmente		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da interação com o meio ambiente		15.668	1,6%	0,4%	15.411	0,9%	0,3%
5 - OUTRAS INFORMAÇÕES		Em 2009:		Em 2008:			
Receita Líquida (RL)		4.242.613		4.826.300			
Resultado Operacional (RO)		969.247		1.702.619			

## Demonstrações Contábeis



**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2009</b>	<b>2008</b> (Reclassificado)
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível	4.946	9.292
Aplicações no mercado aberto - nota 5	791.212	886.998
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	725.005	781.126
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 6	(77.875)	(499)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	10.882	72.103
Estoques - nota 8	75.325	74.392
Créditos fiscais - nota 9	58.184	31.000
Serviços em curso	145.048	104.937
Outros - nota 10	73.452	90.973
	<b>1.806.179</b>	<b>2.050.322</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	34.934	74.145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 6	(3.455)	(5.231)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	10.672	8.934
Bens e direitos destinados à alienação	11.559	11.559
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-
Créditos fiscais - nota 9	242.234	116.732
Outros - nota 10	11.722	6.431
	<b>339.213</b>	<b>212.570</b>
Investimentos - nota 11	<b>429.809</b>	<b>250.344</b>
Imobilizado - nota 12	<b>16.325.441</b>	<b>16.214.918</b>
Intangível - nota 13	<b>31.710</b>	<b>32.048</b>
	<b>17.126.173</b>	<b>16.709.880</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.932.352</b>	<b>18.760.202</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores - nota 14	259.558	198.246
Folha de pagamento	28.145	8.363
Tributos e contribuições sociais - nota 15	249.022	107.178
Empréstimos e financiamentos - nota 16	114.417	468.487
Encargos de dívidas - nota 16	5.860	9.516
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	72.145	61.143
Remuneração aos acionistas - nota 28	591.696	544.893
Obrigações estimadas	95.893	78.949
Entidade de previdência privada - nota 18	101.328	273.720
Incentivo ao desligamento- PDVP - nota 19	14.898	-
Pesquisa e Desenvolvimento	54.285	69.765
Encargos do consumidor a recolher	57.802	19.049
Outros - nota 17	63.770	85.242
	<b>1.708.819</b>	<b>1.924.551</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos e contribuições sociais - nota 15	21.053	45.592
Empréstimos e financiamentos - nota 16	543.169	3.307.765
Entidade de previdência privada - nota 18	95.585	125.100
Incentivo ao desligamento- PDVP - nota 19	259.220	-
Pesquisa e Desenvolvimento	120.470	106.187
Encargos do consumidor a recolher	15.109	54.539
Provisões para contingências - nota 20	411.113	415.434
Outros - nota 17	89.625	7.884
	<b>1.555.344</b>	<b>4.062.501</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social - nota 21	4.539.557	4.196.306
Reservas de capital - nota 21	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros - nota 21	3.195.703	3.366.249
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	(1.320)	-
	<b>12.650.139</b>	<b>12.478.754</b>
Recursos destinados a aumento de capital - nota 21	3.018.050	294.396
	<b>15.668.189</b>	<b>12.773.150</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.932.352</b>	<b>18.760.202</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2009</b>	<b>2008</b> (Reclassificado)
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia elétrica - nota 22		
	775.272	752.897
Suprimento de energia elétrica - nota 22	2.678.711	2.883.454
Disponibilização do sistema de transmissão - nota 22	1.286.137	1.208.308
Energia elétrica de curto prazo (CCEE) - nota 22	255.783	786.796
Outras receitas operacionais	8.959	8.912
	<b>5.004.862</b>	<b>5.640.367</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR - nota 23		
	(116.780)	(144.382)
ICMS sobre energia elétrica	(88.905)	(90.941)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(431)	(404)
Pesquisa e Desenvolvimento - nota 23	(42.595)	(48.260)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC - nota 23	(68.749)	(79.180)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - nota 23	(17.029)	(18.994)
Proinfa - nota 23	(41.213)	(25.281)
Pis/Pasep	(68.941)	(72.514)
Cofins	(317.606)	(334.111)
	<b>(762.249)</b>	<b>(814.067)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> - nota 24		
Custo com energia elétrica		
	-	(43.236)
Energia elétrica comprada para revenda	(751.680)	(665.257)
Custo de operação		
Pessoal	(234.330)	(205.351)
Material	(8.847)	(11.358)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	(335.281)
Serviço de terceiros	(44.632)	(47.381)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - nota 23	(210.061)	(164.794)
Depreciação e amortização	(554.141)	(546.465)
	14.449	29.422
Outras	<b>(1.796.484)</b>	<b>(1.989.701)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS</b> - nota 24		
	<b>(11)</b>	<b>(392)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		
	<b>2.446.118</b>	<b>2.836.207</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> - nota 24		
	<b>(1.267.655)</b>	<b>(620.842)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>1.178.463</b>	<b>2.215.365</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Renda de aplicações financeiras	77.778	76.854
Variação monetária e acréscimos moratórios - energia vendida	31.731	70.272
Outras variações monetárias ativas	2.639	2.492
Outras receitas financeiras	79.238	29.965
Pis/Pasep e Cofins	(606)	(608)
Encargos de dívidas	(430.091)	(487.669)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	53.017	(83.363)
Outras variações monetárias passivas	12.828	(48.889)
Outras despesas financeiras	(40.438)	(24.033)
	<b>(213.904)</b>	<b>(464.979)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)</b>		
Receitas	10.481	1.690
Despesas	(5.793)	(49.457)
	<b>4.688</b>	<b>(47.767)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		
Contribuição social - nota 25	969.247	1.702.619
Imposto de renda - nota 25	(79.984)	(146.282)
Incentivos fiscais - nota 26	(215.884)	(401.645)
	163.153	343.251
<b>Lucro antes das participações</b>		
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	836.532	1.497.943
	(72.145)	(60.652)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		
	<b>764.387</b>	<b>1.437.291</b>
Lucro líquido por ação (R\$)	18.33	34.46

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCROS ACUMULADOS	RECURSOS DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL	
<b>SALDO EM 31/12/2007</b>	<b>1.696.306</b>	<b>7.416.199</b>	-	<b>506.021</b>	<b>265.214</b>	<b>8.179</b>	<b>1.679.689</b>	-	<b>294.396</b>	<b>11.866.004</b>	
Aumento de capital	2.500.000	(2.500.000)	-	-	-	-	-	14.730	-	14.730	
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	-	-	(20.952)	-	-	-	20.952	-	-	
Realização de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	1.437.291	-	1.437.291	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação	-	-	-	-	54.702	-	-	(54.702)	-	-	
Dividendos propostos - nota 28	-	-	-	-	-	-	-	(544.875)	-	(544.875)	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	530.145	-	(530.145)	-	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	343.251	(343.251)	-	-	
<b>SALDO EM 31/12/2008</b>	<b>4.196.306</b>	<b>4.916.199</b>	-	<b>485.069</b>	<b>319.916</b>	<b>8.179</b>	<b>2.209.834</b>	<b>343.251</b>	<b>294.396</b>	<b>12.773.150</b>	
Aumento de capital	343.251	-	-	(20.510)	-	-	(343.251)	20.510	-	-	
Realização de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	-	-	(1.320)	-	-	-	-	-	-	(1.320)	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	2.723.654	2.723.654	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	764.387	-	764.387	
Destinação	-	-	-	-	-	-	-	(30.062)	-	-	
Reserva legal	-	-	-	30.062	-	-	-	(591.682)	-	(591.682)	
Dividendos propostos - nota 28	-	-	-	-	-	-	-	(163.153)	-	-	
Reserva de incentivos fiscais (*)	-	-	-	-	-	-	-	(163.153)	-	-	
<b>SALDO EM 31/12/2009</b>	<b>4.539.557</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(1.320)</b>	<b>464.559</b>	<b>349.978</b>	<b>8.179</b>	<b>2.209.834</b>	<b>163.153</b>	<b>-</b>	<b>3.018.050</b>	<b>15.668.189</b>

(\*) Considerando o estabelecido no art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 11.638/2007, a parcela do lucro líquido do exercício decorrente de incentivos fiscais foi destinada à constituição da reserva de lucro denominada Reserva de incentivos fiscais.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008 (Reclassificado)
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	969.247	1.702.619
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	620.440	603.403
Variações monetária e cambial (líquidas)	(68.686)	104.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(128.647)	(36.154)
Equivalência patrimonial - nota 11	(18.452)	(16.467)
Energia livre - nota 33	(1.939)	(11.839)
Provisão para contingências	51.522	89.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.600	(199.797)
Atualização de depósitos judiciais	(35.503)	-
Passivo regulatório da transmissão	(302)	(5.470)
Encargos financeiros	430.091	487.669
Incentivo ao desligamento - PDVP	274.118	-
Entidade de previdência privada - ajuste atuarial	131.151	(18.878)
Participações nos lucros ou resultados	72.145	60.652
Outras	253	24.069
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>2.371.038</b>	<b>2.784.181</b>
Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	(363.845)	(472.156)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(39.515)	(42.615)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(146.300)	(294.944)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(61.143)	(54.013)
Depósitos vinculados a litígios	(36.381)	(11.361)
Variações nos Ativos e Passivos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	95.332	310.831
Estoques	(933)	(3.326)
Tributos e contribuições sociais	185.822	(87.668)
Adiantamentos a empregados	9.340	(17.009)
Cauções e depósitos vinculados	(23.547)	40.061
Créditos fiscais	(24.039)	109.778
Serviços em curso	(40.111)	(20.389)
Alienação de ativos - Projeto Biomassa	(7.218)	-
Fornecedores	61.312	(65.680)
Obrigações estimadas	16.944	7.475
Encargos do consumidor a recolher	(677)	27.266
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.197)	4.547
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	4.459	(3.283)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.041	1.012
TAC Comunidade Tuxá - Itaparica	(25.724)	-
Outros ativos e passivos operacionais	(25.824)	6.281
<b>Total das atividades de investimentos</b>	<b>(407.204)</b>	<b>(565.193)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>1.963.834</b>	<b>2.218.988</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Aplicações nos Ativos Imobilizado e Intangível	(731.820)	(581.644)
Participações societárias permanentes	(161.475)	(82.597)
Bens e direitos para uso futuro	(600)	(1.418)
Baixas dos Ativos Imobilizado e Intangível	16.355	20.388
Outros	(554)	(1.338)
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>(878.094)</b>	<b>(646.609)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>(1.185.872)</b>	<b>(1.250.189)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(100.132)	322.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	896.290	574.100
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA</b>	<b>(100.132)</b>	<b>322.190</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008			
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Receitas</b>					
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	5.009.408	5.592.460			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(75.600)	199.798			
Perdas - Consumidores/Concessionárias e Energia livre	(96.206)	(210.940)			
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>4.837.602</b>	<b>5.581.318</b>			
Material	24.267	26.971			
Combustíveis para a produção de energia	7.242	335.281			
Serviço de terceiros	136.831	133.185			
Energia elétrica comprada para revenda	-	43.236			
Encargos de uso da rede elétrica	751.680	665.257			
Outros	150.576	23.532			
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.767.006</b>	<b>4.353.856</b>			
<b>(-) Retenções</b>					
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	620.440	603.403			
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>3.146.566</b>	<b>3.750.453</b>			
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	18.452	16.467			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.124	7.470			
Alugueis	142	140			
Receitas financeiras	165.810	155.646			
<b>(=) Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>191.528</b>	<b>179.723</b>			
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal:</b>					
Salários/benefícios/FGTS	483.543	414.456			
Incentivo a aposentadoria e demissão voluntária - PDVP	274.166	-			
Participação nos lucros ou resultados	72.145	60.652			
Honorários da diretoria	1.836	1.700			
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	26.349	21.546			
Entidade de previdência privada - contribuições normais	43.269	33.988			
<b>USINAS</b>					
<b>Hidrelétricas</b>					
Paulo Afonso I	S. Francisco	180.001	102.047	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	S. Francisco	443.000	185.753	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	S. Francisco	794.200	216.150	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	S. Francisco	2.462.400	1.322.434	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	S. Francisco	400.000	126.837	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	S. Francisco	1.479.600	904.778	03/10/1945	03/10/2015
Xingo	S. Francisco	3.162.000	2.180.841	03/10/1945	02/10/2015
Piloto	S. Francisco	2.000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaraú	4.000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	de Contas	30.000	11.664	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	de Contas	20.007	5.785	25/08/1961	07/07/2015
Boa Esperança (C. Branco)	Parnaíba	237.300	157.458	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	S. Francisco	1.050.300	485.800	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3.520	1.271	26	

	2009	2008		
	Reclassificado	Ajuste	Publicado	
<b>Balanço Patrimonial</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(8.003)	8.003
Outros	73.452	90.973	8.003	82.970
<b>Passivo Circulante</b>				
Encargos do consumidor a recolher	57.802	19.049	19.049	-
Outros	63.770	85.242	(19.049)	104.291
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Encargos do consumidor a recolher	15.109	54.539	54.539	-
Outros	89.625	7.884	(54.539)	62.423
<b>Demonstração do Resultado</b>				
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>				
<b>Custo de Operação</b>				
Outras	14.449	29.422	(1.708)	31.130
<b>Despesas Operacionais</b>	(1.267.655)	(620.842)	1.708	(622.550)

#### 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### I - GERAIS

###### Efeitos inflacionários

- Em conformidade com as disposições da Lei no 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes dos Ativos Imobilizado e Intangível, Patrimônio Líquido e Obrigações vinculadas à Concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

###### Estimativas

- Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos ativos imobilizados, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

###### Ativos Circulante e Não Circulante

- As aplicações financeiras no mercado aberto estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, apurados pelo critério pro-rata temporis que equivalem a seus valores de mercado;
- As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber;
- Ost títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização;
- A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei nº 11.638/2007 é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplica as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 14;
- Os materiais em estoque, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização;
- Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social, incidentes sobre diferenças temporárias;
- As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas;
- Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição, sendo os anteriores a 31 de dezembro de 1995 corrigidos monetariamente até aquela data;
- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995; a depreciação é calculada pelo método linear. A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução Anel nº 240, de 05/12/2006, as quais se situam entre 2% a.a. e 20% a.a.. Esta Resolução foi revogada e substituída pela Resolução Anel nº 367, de 02/06/2009, que incorporou a tabela de taxas anuais de depreciação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPE (nota 12);
- Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso, limitada a 10% dos gastos diretos com pessoal e serviços de terceiros registrados nessas obras;
- De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o valor correspondente às Obrigações vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Imobilizado (notas 12.a e 12.d);
- Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo (nota 12.c);
- Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no Imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada;
- Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da licença de operação são registrados no Imobilizado e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos (nota 37);
- No Intangível são reconhecidos os gastos inerentes à aquisição de softwares corporativos, deduzidos da amortização acumulada. Os gastos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício (nota 13).

###### Passivos Circulante e Não Circulante

- Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço;
- As transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício;
- Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço;
- As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados;
- Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído;
- Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação Chesf de Assistência e Segurança Social – Fachesf, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

###### Patrimônio Líquido

- Os lucros a realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária apropriados à reserva até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados, proporcionalmente às baixas e depreciação do Imobilizado e às baixas e amortização do Intangível;
- Os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupamento.

###### Resultado

- É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem no incentivo fiscal Sudene, calculado com base no lucro da exploração (nota 26);
- A escrituração das contas de resultado está de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução nº 370, da Aneel, de 30/06/2009, com a segregação dos gastos e receitas por atividades de geração e transmissão, permitindo a apuração do resultado contábil de cada segmento (nota 31);
- A Receita Anual Permitida - RAP, é reconhecida no resultado com ajustes mensais realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, por meio de avisos de crédito que servem de base à emissão das faturas aos usuários de suas linhas de transmissão;
- As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos;
- Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, as variações cambiais são totalmente reconhecidas no resultado do exercício.

###### Demonstrações do Fluxo de Caixa - DFC e do Valor Adicionado - DVA

- A Companhia vem divulgando estas demonstrações em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico;
- A DFC, estabelecida como obrigatoriedade na Lei das S.A. por força da modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007, está regulada pelo Pronunciamento Técnico CPC 03. Este pronunciamento foi aprovado e tornado obrigatoriedade pela Deliberação CVM nº 547/2008 e pela Resolução CFC nº 1.125/2008. A Companhia tem utilizado o método indireto para a evidencição do Fluxo de Caixa das atividades operacionais;
- A DVA foi tornada obrigatoriedade para as companhias abertas pela Lei nº 11.638/2007, mas o Pronunciamento Técnico CPC 09 recomenda a sua elaboração como parte das demonstrações contábeis para todas as sociedades que divulguem demonstrações contábeis. Este Pronunciamento foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e pela Resolução CFC nº 1.138/2008.

###### Avaliação do valor recuperável de ativos

- Para avaliação do valor recuperável de seus ativos a Companhia adota os procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 01 (nota 12).

##### II - ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

###### Plano de Contas

- A Companhia adota o plano de contas, parte integrante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído por meio da Resolução Normativa Anel nº 370, de 30/06/2009, o qual substituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE.

###### Ativos e Passivos Regulatórios

- Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contratos de concessão, que têm como objetivos, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

###### Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

- Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

###### Reserva Global de Reversão - RGR

- Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2010, por intermédio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financeirar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão fica a cargo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

realização e registradas no Ativo Circulante;

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativas de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo e classificadas como títulos mantidos até o vencimento.

##### 6 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

A vencer	Vencidos			Total	
	Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	2009	2008
Consumidores industriais					
Com. de energia– Contratos	63.297	4.396	51.524	55.920	119.217
Concessionárias e Permissionárias:					
Com. de energia– Contratos	425.042	1.034	32.277	33.311	458.353
Comercialização na CCEE	19.742	-	-	-	19.742
Energia Livre – resarcimento (*)	15.961	-	-	-	15.961
Conexão ao sist. de transmissão	6.027	211	8.424	8.635	14.662
Disponibilização do sistema de transmissão	121.996	1.117	8.891	10.008	132.004
	<b>652.065</b>	<b>6.758</b>	<b>101.116</b>	<b>107.874</b>	<b>759.939</b>
Circulante					725.005
Não Circulante					34.934
					781.126
					74.145

##### • PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2008	Transferência	Provisão	Reversão	2009
Consumidores industriais	-	-	(65.877)	-	(65.877)
Concessionárias e Permissionárias	-	-	(723)	-	(723)
Energia Livre (*)	(5.730)	-	(9.499)	499	(14.730)
	(5.730)	-	(76.099)	499	(81.330)
Circulante	(499)	(5.231)	(72.644)	499	(77.875)
Não Circulante	(5.231)	5.231	(3		



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16-Companhia Aberta.

7 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRPJ/CSLL	883	-	883	63.361
IR Fonte	82	-	82	390
Finsocial	1.525	10.672	12.197	10.210
Pis/Pasep	1.280	-	1.280	1.028
Cofins	5.898	-	5.898	4.735
Outros	1.214	-	1.214	1.313
	<b>10.882</b>	<b>10.672</b>	<b>21.554</b>	<b>81.037</b>

8 - ESTOQUES

	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>Matéria-prima p/ produção de energia elétrica</b>	<b>1.990</b>	<b>5.767</b>		
<b>Material:</b>				
Almoxarifado	52.706	54.039		
Transformação, fabricação e reparo de material	1.539	1.005		
Emprestado	2	2		
Destinado a alienação	13.576	8.956		
Movimentação interna – investimento	2.424	1.056		
	<b>70.247</b>	<b>65.058</b>		
<b>Compras em curso</b>	<b>1.985</b>	<b>2.051</b>		
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>1.103</b>	<b>1.516</b>		
<b>Total</b>	<b>75.325</b>	<b>74.392</b>		

9 - CRÉDITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos contabilmente em seus Ativos Circulante e Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, nos termos da Deliberação CVM no 273, de 20/08/1998, e Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002, créditos fiscais, no valor de R\$ 300.418, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	2009	2008
<b>Diferenças temporárias</b>		
. Portaria DNAE nº 250/1985 - efeito credor em 1994	88.010	93.477
. Provisões para contingências	251.879	215.150
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.330	5.729
. Provisão para perdas – estudos e projetos	42.039	44.684
. Programa de Desligamento Voluntário Programado	274.118	-
. Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	289
. Participação nos Lucros ou Resultados	72.145	-
. Provisão Seguro de Vida – Avaliação Atuarial		
Deliberação CVM n° 371/2000	81.921	-
. Outras provisões	15.439	14.979
	<b>906.881</b>	<b>374.308</b>
<b>Base negativa da contribuição social</b>		
	-	320.890
	<b>906.881</b>	<b>695.198</b>
<b>Créditos Fiscais</b>		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	226.720	93.577
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	73.698	25.275
. Contribuição social sobre base negativa	-	28.880
	<b>300.418</b>	<b>147.732</b>
<b>Circulante</b>	<b>58.184</b>	<b>31.000</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>242.234</b>	<b>116.732</b>

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação da alíquota de 9%, para a contribuição social, e alíquota adicional de 10%, além da alíquota de 15% sobre a base de cálculo do imposto de renda, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais correspondentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a base negativa tiveram, neste exercício, a utilização do saldo de R\$ 28.880.

Os créditos fiscais, relativos a Imposto de renda e Contribuição social sobre o Lucro Líquido, provenientes de diferenças temporárias – provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, participações nos lucros ou resultados, programa de desligamento voluntário programado, provisão para seguro de vida e efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, Portaria DNAE nº 250/1985, no montante de R\$ 300.418 – R\$ 58.184, no Ativo Circulante, e R\$ 242.234, no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo – serão realizados de acordo com o desfecho das ações judiciais, com o resarcimento de energia livre e a arrecadação de consumidores e concessionários, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, pagamentos aos funcionários, desligamentos e desistências, reconhecimento do prêmio de seguro e com a realização do Ativo Imobilizado, respectivamente.

• PIS/PASEP E COFINS - INCONSTITUCIONALIDADE

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de Pis/Pasep, não reconhecido contabilmente no

ativo, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até o final deste exercício correspondem, respectivamente, a R\$ 19.604 e R\$ 137.041, no total de R\$ 156.645.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável em primeira instância. As ações encontram-se, atualmente, em fase de Recursos Especial e Extraordinário, pendentes de apreciação pelos Tribunais Superiores.

• REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório – RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 – 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas admissíveis da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas, foram registrados nestas Demonstrações contábeis, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

Este regime terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais das novas práticas contábeis, buscando a neutralidade tributária.

10 - OUTROS ATIVOS

	2009		2008 (Reclassificado)	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos a empregados	16.738	-	<b>16.738</b>	<b>26.078</b>
Títulos e valores mobiliários	36	812	<b>848</b>	<b>815</b>
Cauções e depósitos vinculados	3	-	<b>3</b>	<b>8.003</b>
Reserva Global de Reversão	523	-	<b>523</b>	<b>650</b>
Financiamentos a terceiros	61	-	<b>61</b>	<b>367</b>
Alienações em curso	5.793	-	<b>5.793</b>	<b>5.261</b>
Desativações em curso	12.982	-	<b>12.982</b>	<b>11.383</b>
Prêmios de seguros	3.122	-	<b>3.122</b>	<b>2.277</b>
Gastos reembolsáveis	2.561	-	<b>2.561</b>	<b>1.437</b>
Alienações de bens e direitos	2.603	-	<b>2.603</b>	<b>4.007</b>
Adiantamentos a fornecedores	5.709	-	<b>5.709</b>	<b>5.681</b>
Adiantamentos à Eletropar	5.279	1.456	<b>6.735</b>	<b>6.735</b>
FGTS / Conta - Empresa	-	3.633	<b>3.633</b>	<b>3.513</b>
Dividendos a receber	10.046	-	<b>10.046</b>	<b>9.942</b>
Serviços prestados a terceiros	3.021	-	<b>3.021</b>	<b>3.408</b>
Alienação de ativos - Projeto	-	4.676	<b>4.676</b>	-
Biomassa	4.975	1.145	<b>6.120</b>	<b>7.847</b>
	<b>73.452</b>	<b>11.722</b>	<b>85.174</b>	<b>97.404</b>

11 - INVESTIMENTOS

	2009	2008
<b>1. Participações societárias</b>		
<b>Coligadas</b>		
<b>Equivalência Patrimonial</b>		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	111.389	112.780
Integração Transmissora de Energia S.A.	23.345	22.893
Energética Águas da Pedra S.A.	61.436	61.985
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.283	-
Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	50.002
ESBR Participações S.A.	202.388	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	172	-
Manaus Construtora Ltda.	1.938	-
	<b>425.951</b>	<b>247.660</b>
<b>Outras participações</b>		
	633	613
	<b>426.584</b>	<b>231.025</b>
<b>2. Outros Investimentos</b>		
Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	2.250	2.1650
Outros.	975	421
	<b>3.225</b>	<b>2.071</b>
<b>Total</b>	<b>429.809</b>	<b>250.344</b>

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, atual Alupar Investimentos S.A., participou do Leilão nº 001/2003-Aneel para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma Linha e Transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

Neste sentido, foi constituída a empresa STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida Linha e Transmissão, cabendo à Alupar 51% e à Chesf

## RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS COLIGADAS.

Empresas	BALANÇO PATRIMONIAL											
	Ativo					Passivo						
	Circulante	Não Circulante	Imobilizado Intangível e Investimentos	Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Non Circulante	Patrimônio Líquido	Total
Energética Águas da Pedra	76.376	-	643.455	719.831	9.711	459.362	250.758	719.831	90.138	-	464.702	554.840
ESBR Participações	621.447	121.267	2.182.339	2.925.053	107.459	1.805.651	1.011.943	2.925.053	1	-	1	1
STN Integração Transm. de Energia Interligação Elétrica do Madeira Manaus Transmissora Manaus Construtora	35.449	3.000	478.749	517.198	44.329	245.543	227.326	517.198	41.257	2.998	488.889	533.144
Total	1.137.309	173.239	4.169.844	5.480.392	782.511	2.899.294	1.798.587	5.480.392	252.862	438.471	1.513.017	2.204.350

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Empresas	2009											
	Ativo					Passivo						
	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro Operacional	Resultado do Exercício	I.Renda e Cont.Social	Despesa Operacional	Receita Operacional Líquida	Resultado Financeiro Operacional	Resultado do Serviço	I.Renda e Cont.Social	Resultado do Exercício
Energética Águas da Pedra	-	(1.985)	(1.985)	(257)	(2.242)	-	(2.242)	-	-	-	-	-
ESBR Participações	-	(26.991)	(26.991)	17.622	(9.369)	(800)	(10.169)	-	-	-	-	-
STN Integração Transmissora de Energia Interligação Elétrica do Madeira Manaus Transmissora Manaus Construtora	99.850	(24.280)	75.570	(18.856)	56.714	(6.461)	50.253	92.951	(23.218)	69.733	(19.821)	49.912
Total	184.192	(83.364)	100.828	(34.438)	66.390	(6.637)	59.753	135.756	(39.054)	96.702	(43.123)	53.579

(\*) Inclui gastos diferidos no valor de R\$ 10.840

### c) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução Aneel nº 240, de 05/12/2006, revogada e substituída pela Resolução Aneel nº 367, de 02/06/2009, que incorporou a tabela de taxas anuais de depreciação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)
3,3
2,0
2,0
3,3
3,0
2,5
3,3
5,0

## 12 - IMOBILIZADO

### a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	2009	2008
Em Serviço	14.681.186	15.080.926
Em Curso	1.800.121	1.289.859
	<b>16.481.307</b>	<b>16.370.785</b>
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.866)	(155.867)
	<b>16.325.441</b>	<b>16.214.918</b>

	Taxas médias anuais de depreciação (%)		2009	2008	
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração	2,39	17.441.789	(7.288.164)	(93.273)	10.060.352
Transmissão	2,97	7.540.316	(3.521.437)	(25.848)	3.993.031
Administração	7,36	1.049.407	(540.725)	(36.745)	471.937
		<b>26.031.512</b>	<b>(11.350.326)</b>	<b>(155.866)</b>	<b>14.525.320</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		282.073	-	-	282.073
Transmissão		1.361.308	-	-	1.361.308
Administração		156.740	-	-	156.740
		<b>1.800.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.800.121</b>
		<b>27.831.633</b>	<b>(11.350.326)</b>	<b>(155.866)</b>	<b>16.325.441</b>
					<b>16.214.918</b>

A administração da Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, e o fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperabilidade plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – redução no valor recuperável de ativos.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

A Companhia apesar de não apresentar indicativo de impairment, realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31/12/2009, por meio de fluxos de caixa descontados, e não identificou nenhuma redução do valor recuperável desses ativos.

### b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2008	Adições	Baixas	Imobilizações	2009
Em serviço	25.829.574	221.394	(19.456)	-	26.031.512
Depreciação	(10.748.648)	(612.673)	10.995	-	(11.350.326)
<b>Subtotal</b>	<b>15.080.926</b>	<b>(391.279)</b>	<b>(8.461)</b>	<b>-</b>	<b>14.681.186</b>
Em curso (*)	1.289.859	735.232	(3.576)	(221.394)	1.800.121
<b>Total</b>	<b>16.370.785</b>	<b>343.953</b>	<b>(12.037)</b>	<b>(221.394)</b>	<b>16.481.307</b>
Obrigações vinculadas à Concessão		(155.867)	-	1	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>16.214.918</b>	<b>343.953</b>	<b>(12.036)</b>	<b>(221.394)</b>	<b>16.325.441</b>

(\*) Inclui gastos diferidos no valor de R\$ 10.840

### c) Obrigações vinculadas à Concessão

A partir de 01 de janeiro de 1996, essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	2009	2008
Participações da União	108.052	108.052
Contribuições de consumidores	3.344	3.344
Doações e subvenções destinadas a investimentos	43.864	43.865
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
	<b>155.866</b>	<b>155.867</b>

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

As Contribuições de consumidores referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupo representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16-Companhia Aberta.

13 – INTANGÍVEL

• Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2009	2008
Em serviço							
Geração	20,00	416	(208)	208	291		
Transmissão	20,00	34	(15)	19	26		
Administração	20,00	38.379	(16.419)	21.960	29.636		
	<b>38.829</b>	<b>(16.642)</b>	<b>22.187</b>	<b>29.953</b>			
Em curso							
Geração		39	-	39	32		
Transmissão		137	-	137	63		
Administração		9.347	-	9.347	2.000		
	<b>9.523</b>	<b>-</b>	<b>9.523</b>	<b>2.095</b>			
	<b>48.352</b>	<b>(16.642)</b>	<b>31.710</b>	<b>32.048</b>			

• Movimentação do Intangível

Descrição	2008	Adições	2009
Em serviço	38.829	-	38.829
Amortização	(8.876)	(7.766)	(16.642)
<b>Subtotal</b>	<b>29.953</b>	<b>(7.766)</b>	<b>22.187</b>
Em curso	2.095	7.428	9.523
<b>Total do Intangível</b>	<b>32.048</b>	<b>(338)</b>	<b>31.710</b>

14 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Circulante</b>		
Materiais e serviços	171.011	116.709
Energia elétrica:		
Energia livre	3.038	3.038
CCEE	-	2.737
Encargos de uso da rede elétrica:		
Eletronorte	7.332	6.804
Eletrorsul	7.107	6.196
Furnas	15.249	14.327
CTEEP	11.202	10.123
Cemig	4.789	3.416
TSN	3.108	3.291
Outros	36.722	31.605
<b>Total</b>	<b>259.558</b>	<b>198.246</b>

15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRPJ	114.486	-	114.486	-
CSLL	33.563	-	33.563	28.074
COFINS	28.429	-	28.429	27.027
ICMS	10.190	-	10.190	8.985
ICMS diferido	-	21.053	21.053	45.592
INSS	18.190	-	18.190	10.647
PIS/PASEP	6.171	-	6.171	5.867
IRRF	24.190	-	24.190	16.861
FGTS	5.643	-	5.643	3.838
Outros	8.160	-	8.160	5.879
	<b>249.022</b>	<b>21.053</b>	<b>270.075</b>	<b>152.770</b>

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas nacional e estrangeiras são as seguintes:

Composição:

Moeda Estrangeira	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Principal	Total
Eletrobrás	-	-	-	-
Instituições financeiras	-	-	-	-
	<b>207.868</b>	<b>56.158</b>	<b>264.026</b>	

Moeda Nacional

Eletrobrás	2009		2008	
	Principal	Encargos	Principal	Total
Banco do Brasil	106.754	4	147.601	254.359
Banco do Nordeste	7.663	31	249.966	255.791
	<b>114.417</b>	<b>5.860</b>	<b>543.169</b>	<b>663.446</b>
	<b>114.417</b>	<b>5.860</b>	<b>543.169</b>	<b>3.521.742</b>
<b>Total</b>	<b>114.417</b>	<b>5.860</b>	<b>543.169</b>	<b>3.785.768</b>

b) O empréstimo com o Banco do Brasil está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 94.132 dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobras, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a critério do credor, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecer-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos a Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados. Em 2009, diversos desses financiamentos, no montante de R\$ 2.723.654, foram convertidos em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, para capitalização em 2010 (nota 21).

c) Os principais indexadores, utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Indexador	Variação anual (%)	
	2009	2008
US\$	-25,49	31,94
Eur	-22,57	24,13
IPCA	4,32	5,90

d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$)/Indexador	2009		2008	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda Estrangeira</b>				
US\$	-	-	207.868	5,49
Eur	-	-	56.158	1,48
	<b>264.026</b>	<b>6,97</b>		
<b>Moeda Nacional</b>				
Sem atualização <sup>(1)</sup>	246.600	37,20	3.174.904	83,86
Sem atualização <sup>(2)</sup>	153.296	23,10	69.446	1,84
Sem atualização <sup>(3)</sup>	255.791	38,50	259.159	6,85
IPCA <sup>(4)</sup>	7.759	1,20	18.233	0,48
<b>Total</b>	<b>663.446</b>	<b>100,00</b>	<b>3.521.742</b>	<b>93,03</b>

(1) Do total contratado com a Eletrobras, R\$ 246.600 são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 94.132 (38,17%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 151.945 (61,62%) e R\$ 523 (0,21%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(2) Contratos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., com bônus de 2,5% por pontualidade.

(3) Contrato com o Banco do Brasil S.A., com taxa de juros de 105,7% da taxa média do CDI.

(4) Contrato com a Eletrobras, com taxa de juros de 7,2% a.a.

e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 543.169 (R\$ 3.307.765, em 2008), tem seus vencimentos assim programados:

	2009	2008
2010	-	439.514
2011	39.631	387.396
2012		



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16-Companhia Aberta.

• Reconciliação do Passivo

Posição em 31/12/2009

Valor no início do exercício	
Custo do Serviço Corrente	
Custo dos Juros	
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	
Amortizações	-
Ganhos ou perdas atuariais	-
Contribuições pagas	-
Benefícios pagos pelo plano	-
Alterações de plano	-
Ingressos – Plano CD	-
Redução antecipada de obrigações	-
Eliminação antecipada de obrigações	-
Benefícios especiais de desligamento	-
Outras despesas	-
Outros ajustes	-
<b>Valor no final do exercício</b>	<b>(196.913)</b>

• Hipóteses Atuariais e Financeiras

Tábuas de Mortalidade Geral	
Tábuas de Entrada em Invalidez	
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	
Tábuas / Taxa de Rotatividade	
Taxa de Juros Atuarial	6,0%
Taxa de Inflação Projetada	4,5%
Taxa de Retorno de Curto Prazo	10,77%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,00% a.a.
Fator de Capacidade de Benefícios	0,98
Fator de Capacidade Salarial	0,98
Taxa de Incremento de Custos da Saúde	1,0% a.a.

• Evolução do Passivo Atuarial

TIPO	2008	Alterações Contratuais	Juros	Variiação monetária	Pagamentos	2009
Contrato nº CF 00.1.246-043	213.428	-	9.387	(3.007)	(120.315)	99.493
Contrato nº CF 01.1.266-01-A/6	527.604	(155.624)	28.567	(8.512)	(138.258)	253.777
Contrato nº CF 01.1.336-012	61.987	(48.259)	3.426	(1.035)	(16.119)	-
Contrato nº CF 01.1.337-013	23.801	-	1.206	(323)	(6.154)	18.530
Aplicação da Deliberação CVM nº 371/2000	(428.000)	253.113	-	-	-	(174.887)
<b>TOTAL</b>	<b>398.820</b>	<b>49.230</b>	<b>42.586</b>	<b>(12.877)</b>	<b>(280.846)</b>	<b>196.913</b>

A Companhia possui um passivo atuarial registrado nos termos da Deliberação CVM nº 371/2000, o qual encontra-se a menor em comparação com o contrato de confissão de dívida assinado com a Fachesf, em R\$ 174.887 (R\$ 428.000, em 2008).

O contrato assinado entre as partes prevê cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais de modo a refletir a compatibilidade com os dados atuariais.

A diferença apresentada entre o passivo atuarial e a confissão de dívida será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano, por intermédio de ajustes contratuais previstos, especificando o montante variável a ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

Outros Benefícios Pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

• Características da Massa Segurada

ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
Segurados titulares	3.852	4.301
Idade média	48,41	66,55
População titular potencial	5.701	5.245
Nível de adesão	0,68	0,82
Prêmios anuais	7.817	6.060
Taxa coletiva contratada	0,009585	0,009585
Taxa calculada	0,003880	0,016670
Sinistros pagos em 2009	-	-
		15157

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16-Companhia Aberta.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes, a qual alcançou neste exercício o montante de R\$ 81.922 mil.

Outros Benefícios aos Empregados

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 89.021 (R\$ 80.344, em 2008).

19 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO PROGRAMADO – PDVP

A Companhia aprovou um programa de desligamento de empregados que se encontram em condições de aposentadoria e que voluntariamente desejaram aderir, denominado "Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP", com prazo de desligamento até 28/02/2011, tendo sido registradas 1.806 adesões, com 70 desligamentos neste exercício.

As despesas com o PDVP incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio, a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data do desligamento, entre outros.

Para fazer face a tais gastos a Companhia registrou, neste exercício, em seu resultado, o montante de R\$ 274.118.

20 – CONTINGÊNCIAS

	Provisão em 31/12/2008	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2009	Depósitos judiciais	Provisão (Ativo) líquida em 31/12/2008	Provisão líquida em 31/12/2009
Trabalhistas	69.639	23.474	(9.116)	83.997	(95.769)	(11.772)	12.689
Cívies	453.394	57.239	(5.542)	505.091	(92.484)	412.607	393.975
Fiscais	8.770	1.643	(135)	10.278	-	10.278	8.770
<b>Total</b>	<b>531.803</b>	<b>82.356</b>	<b>(14.793)</b>	<b>599.366</b>	<b>(188.253)</b>	<b>411.113</b>	<b>415.434</b>

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução Anel nº 444, de 26/10/2001, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado provável;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado possível;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à Fachesf, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cívies de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de resarcimento de créditos (Pis/Pasep-Cofins) e outros tributos singulares.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

I) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. Em 31/12/2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas réis foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargo de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpueram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31/03/2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30/06/2005 os referidos recursos se encontravam sub judice nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31/03/2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo Juiz competente. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro/1998, as réis apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as réis apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30/09/2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram

esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31/12/2009 é de R\$ 387.901, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31/03/2009, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30/09/2008, encontrava-se sub judice no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31/12/2008, aguardava-se o julgamento do referido agravo, que, posteriormente, foi julgado para fixar a competência da justiça estadual para apreciar o feito. Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife profer

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16-Companhia Aberta.

ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica". Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 08/03/2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente.

Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de resarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em 31/12/2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença. O Ministério Público emitiu parecer favorável ao acolhimento da apelação da Chesf.

As apelações foram colocadas em pauta para julgamento, no dia 07/05/2009, pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal mas, por falta do *quorum* necessário, esse julgamento foi adiado para o dia 14/05/2009. Havendo o Desembargador Revisor pedido vista dos autos, o processo foi retirado de pauta, situação em que se encontrava em 31/12/2009.

Em 25/02/2010 a 1ª Turma do TRF 5ª Região deu provimento às apelações da Chesf, da União e do Ministério Público, e negou provimento ao apelo da Mendes Júnior, havendo o correspondente acórdão sido publicado em 08/03/2010.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são remotos.

## 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### • Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 4.539.557, é constituído por ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobrás	40.478	100,000	1.002	81.351	41.480	99,449
Mínistério da Fazenda	-	-	194	15.732	194	0,465
Finor	-	-	4	0,360	4	0,010
Outros	-	-	32	2.557	32	0,076
<b>Total</b>	<b>40.478</b>	<b>100,000</b>	<b>1.232</b>	<b>100,000</b>	<b>41.710</b>	<b>100,000</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

### • Reservas de Capital

	2009	2008
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
<b>Total</b>	<b>4.916.199</b>	<b>4.916.199</b>

### • Reservas de Lucros

	2009	2008
Legal	349.978	319.916
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	464.559	485.069
Incentivos fiscais	163.153	343.251
Retenção de lucros	2.209.834	2.209.834
<b>Total</b>	<b>3.195.703</b>	<b>3.366.249</b>

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores ao de 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base do cálculo da remuneração aos acionistas.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Foi revogada na Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182 - que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital - e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base do cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, é constituída de parcelas do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia.

### • Ajuste de avaliação patrimonial - Coligadas

A Companhia reconheceu neste exercício em seu patrimônio líquido de forma reflexa, pelo método da equivalência patrimonial, ajuste negativo de avaliação patrimonial decorrente do resultado de operações de hedge de fluxo de caixa efetivo registrados no patrimônio líquido da sua coligada ESB Participações S.A., proporcionando a participação naquela empresa, no montante de R\$ 1.320.

### • Recursos Destinados a Aumento de Capital

Com objetivo de otimizar a estrutura de capital das suas Controladas a nossa Controladora, a Eletrobras, autorizou a conversão de diversos empréstimos e financiamentos por ela concedidos, no total de R\$ 2.723.654, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Em dezembro de 2009, após esta conversão, a Companhia passou a possuir Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no montante de R\$ 3.018.050, os quais deverão ser capitalizados em 2010.

## 22 - FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A receita da Companhia é, substancialmente, proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilização do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, pelas transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e por contratos do sistema de transmissão.

Sua composição é a seguinte:

	2009			2008		
	Nº de Clientes	GWh	R\$	Nº de Clientes	GWh	R\$
Fornecimento industrial	22	7.688	775.272	25	9.065	752.897
Suprimento de energia(*)	41	38.721	2.934.494	54	41.627	3.670.250
Disp. do sist. de transmissão	148	-	1.286.137	167	-	1.208.308
<b>Total</b>	<b>46.409</b>	<b>4.995.903</b>		<b>50.692</b>	<b>5.631.455</b>	

(\*) Inclui operações de curto prazo (CCEE), no valor de R\$ 255.783 (R\$ 786.796, em 2008).

## 23 - ENCARGOS REGULATÓRIOS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos regulatórios que totalizaram R\$ 526.857 (R\$ 502.724, em 2008) com a seguinte composição:

	2009	2008
Reserva Global de Reversão – RGR	116.780	144.38
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	42.595	48.260
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	68.749	79.180
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.029	18.994
Programa de Inc. às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	41.213	25.281
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	30.430	21.833
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	210.061	164.79
<b>Total</b>	<b>526.857</b>	<b>502.724</b>

## 24 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	43.236		
Encargos de uso da rede elétrica	751.680	-	751.680	665.257		
Pessoal	234.331	679.205	913.536	539.000		
Material	8.847	15.420	24.267	26.971		
Combustíveis para a produção de energia	7.242	-	7.242	335.281		
Serviço de terceiros	44.642	92.189	136.831	133.185		
Depreciação e amortização	554.141	66.299	620.440	603.403		
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	210.061	-	210.061	164.794		
Fachesf – Del. CVM n º 371/2000	-	131.151	131.151	(18.878)		
Arrendamentos e alugueis	6.435	14.857	21.292	18.990		
Tributos	128	3.809	3.937	4.729		
Provisões para contingências	-	51.522	51.522	89.714		

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

#### Eletrobras

- Contratos de empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 16;
- Remuneração pelo capital investido.

#### FURNAS

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

#### ELETROSUL

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### ELETRONORTE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### ELETRONUCLEAR

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

#### CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### ELETROPAR

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### CEAL

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### CEPISA

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

#### STN

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de Linha e Transmissão;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

#### INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

#### ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

#### ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

#### INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

#### MANAUS TRANSMISSORA

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

#### MANAUS CONSTRUTORA

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido.

#### FACHESF

- Compromissos atuariais referentes à previdência complementar;
- Contrato de aluguel dos prédios sede e anexo da Companhia;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

#### CEPEL

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron
- Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores. O gasto total no exercício de 2009 está demonstrado a seguir:

	2009	2008
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.015	1.850
Encargos Sociais	591	548
Benefícios	108	80
Participações nos lucros	210	199
<b>2.924</b>	<b>2.677</b>	

#### **30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Instrução no 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Na Companhia, os principais instrumentos financeiros são os seguintes:

#### **ATIVO**

- Aplicações no mercado aberto

Os valores de tais instrumentos representam os de mercado, devido a seus vencimentos de curto prazo.

#### **PASSIVO**

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2009, e os contratos de mútuo com a nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 38% do total da dívida da Companhia, dos quais 94% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

#### **31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE**

	2009		2008 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>					
Forneço e energia elétrica	775.272	-	775.272	752.897	-
Equipamento de energia elétrica	2.678.711	1.286.137	3.964.845	2.883.454	1.208.308
Disponibilização do sistema de transmissão					
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	255.783	255.783	8.959	867.976	8.912
Outras receitas operacionais	2.694	6.265	8.959	2.527	6.385
<b>3.712.460</b>	<b>1.292.402</b>	<b>5.004.862</b>	<b>4.425.074</b>	<b>1.214.693</b>	<b>5.640.367</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>					
Reserva Global de Reversão - RGR	(86.190)	(30.590)	(116.415)	(27.967)	(144.382)
ICMS sobre energia elétrica	88.905	-	(88.905)	(90.941)	(90.941)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(127)	(304)	(431)	(113)	(404)
Pesquisa e Desenvolvimento	(31.693)	(10.000)	(42.595)	(37.970)	(10.290)
Conta de Consumo de Comb. Fósseis - CCC	-	(67.491)	(69.169)	(70.000)	(70.800)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(17.029)	(17.029)	(18.994)	(18.994)
Profinfa	-	(41.213)	(41.213)	(25.281)	(25.281)
Pis/Pasep	(59.051)	(8.990)	(69.941)	(63.212)	(72.514)
Cofins	(272.008)	(45.598)	(317.606)	(291.222)	(42.889)
<b>537.974</b>	<b>(224.725)</b>	<b>(762.249)</b>	<b>(599.873)</b>	<b>(214.194)</b>	<b>(814.067)</b>
<b>3.174.486</b>	<b>1.068.127</b>	<b>4.242.613</b>	<b>3.825.801</b>	<b>1.000.499</b>	<b>4.826.300</b>

#### **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2009		2008 (Reclassificado)		
	Valor Homologado	Resoluções nºs 482/02 e 001/04	Remuneração Acumulada até 31/12/2009	Total Acumulado até 31/12/2009	Valor Amortizado até 31/12/2009
<b>"Parcela A"</b> (período de 01/01 a 25/10/2001)	<b>21.827</b>		<b>34.688</b>	<b>56.515</b>	<b>56.515</b>

	2009		2008 (Reclassificado)		
	Valor Homologado	Resoluções nºs 001/04 e 045/04	Remuneração Acumulada até 31/12/2009	Total Acumulado até 31/12/2009	Valor Amortizado até 31/12/2009
<b>(1)</b>	<b>(2)</b>		<b>(3) = (1) + (2)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5) = (3) - (4)</b>

	2009		2008 (Reclassificado)		
	Valor Homologado	Resoluções nºs 001/04 e 045/04	Remuneração Acumulada até 31/12/2009	Total Acumulado até 31/12/2009	Valor Amortizado até 31/12/2009
<b>Repasso de Energia Livre</b>	<b>77.303</b>		<b>36.976</b>	<b>114.279</b>	<b>110.267</b>

	2009		2008 (Reclassificado)	
	Valor Homologado	Resoluções nºs 001/04 e 045/04	Remuneração Acumulada até 31/12/2009	Total Acumulado até 31/12/2009
<b>Saldo a receber</b>	<			



## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ubirajara Rocha Meira**  
Presidente

**Dilton da Conti Oliveira**  
Conselheiro

**Swedenberger do Nascimento Barbosa**  
Conselheiro

**Altino Ventura Filho**  
Conselheiro

**Erenice Alves Guerra**  
Conselheira

**Marcelo Viana Estevão de Moraes**  
Conselheiro

### Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

### CONSELHO FISCAL

**Pedro Gaudêncio de Castro**  
Presidente

**Sonia Regina Jung**  
Conselheira

**Antônio Carlos Pinho de Argôlo**  
Conselheiro

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chесf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31/12/2009, à vista do Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 13/03/2010, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrico do São Francisco – Chесf.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão da proposta de destinação do lucro líquido do exercício à Assembleia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 24 de março de 2010.

### DIRETORIA

**Dilton da Conti Oliveira**  
Diretor-Presidente

**Marcos José Mota de Cerqueira**  
Diretor Econômico-Financeiro

**José Ailton de Lima**  
Diretor de Engenharia e Construção

**Pedro Gaudêncio de Castro**  
Presidente

**Sonia Regina Jung**

**Antonio Carlos Pinho de Argôlo**

**Mozart Bandeira Arnaud**  
Diretor de Operação

**José Pedro de Alcântara Júnior**  
Administrativo

Rio de Janeiro, 13 de março de 2010

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

**Gilberto Bagaiolo Contador**  
Contador CRC1RS069038/O-0 "S" PE

**Sérgio Eduardo Zamora**  
Contador CRC1SP168728/O-4 "S" PE

### SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

**José Ivan Pereira Filho**  
Superintendente  
CRC-PE-007552/O-6 – Contador



## FICHA TÉCNICA

### Coordenação Editorial:

Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
Coordenadoria Especial de Relações Institucionais (CER)

### Concepção, Desenvolvimento, Gerenciamento e Finalização:

Mart Pet Comunicação Ltda.

### Projeto Gráfico:

Mart Pet Comunicação Ltda.

### Fotografia:

Acervo Chesf

### Impressão e Acabamento:

Gráfica Dom Bosco